



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**DÓRIS GIEHL DÁVI**

**A DEFESA DO PETRÓLEO DA AMAZÔNIA AZUL PELAS FORÇAS  
ARMADAS BRASILEIRAS.**

Florianópolis

2011

**DÓRIS GIEHL DÁVI**

**A DEFESA DO PETRÓLEO DA AMAZÔNIA AZUL PELAS FORÇAS  
ARMADAS BRASILEIRAS.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais, da  
Universidade do Sul de Santa Catarina, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador: Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.**

Florianópolis

2011

**DÓRIS GIEHL DÁVI**

**A DEFESA DO PETRÓLEO DA AMAZÔNIA AZUL PELAS FORÇAS  
ARMADAS BRASILEIRAS.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de Novembro de 2011.

---

Prof.<sup>o</sup> e orientador: Márcio Roberto Voigt, Dr.

---

Prof.<sup>o</sup>: Rogério Santos da Costa, Dr.

---

Prof.<sup>a</sup>: Letícia Cristina B. Barbosa, MSc.

Para Bernardo, Djalmo e Rosane, com  
todo meu amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, a minha mãe Rosane, ao meu pai Djalmo e ao meu irmão Bernardo por serem os responsáveis pela minha educação e pela conclusão desse curso. Agradeço pela confiança e por acreditar em mim mais do que ninguém. E mesmo nas horas de saudades, me apoiaram a continuar lutando pelos meus sonhos. A vontade de voltar para casa e ter vocês ao meu lado com certeza foi o meu maior desafio e só vocês sabem o que essa superação representa para mim. Como já dizia um poeta, a quem se ama não se agradece, ama-se ainda mais.

Agradeço a todos que superaram o momento da maldição do petróleo que parecia eterno na minha vida, até atingir o tão esperado ouro negro, especialmente ao Diogo, que com muita calma e ternura resistiu a tudo isso ao meu lado.

Agradeço ao meu orientador, Márcio Voigt, por aceitar me orientar e por todas as explicações com a maior calma possível de um tema que muitas vezes era desconhecido para mim. O desafio do tema que era tão intrigante para mim, hoje se tornou uma grande conquista, visto que a dificuldade para compreender todo esse contexto foi superada.

Agradeço ao Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores (ERESC), pela oportunidade de estágio. Em especial ao Embaixador Abelardo da Costa Arantes Júnior, aos Oficiais de Chancelaria Umberto Grillo, Juliana Magalhães e Bernardo Silva por todos os ensinamentos que me foram repassados e pela honra de trabalhar com todos nesse local. E também por serem responsáveis quanto as minhas decisões futuras profissionalmente.

Agradeço a todos os meus amigos que entenderam que nesse momento o meu foco estaria voltado para a conclusão dessa monografia, com destaque para Manuela, com quem pude compartilhar todas minhas tensões e angústias. Também agradeço a todos os amigos que conquistei no decorrer do curso, espalhados pelos mais diversos cursos de Relações Internacionais de todo Brasil, todos os “CONERlanos”, pessoas que se tornaram muitos especiais na minha vida e faço questão de cultivar essa amizade.

*“Si vis pacem, para bellum”.*  
*Se queres a paz, prepara-te para a guerra.*

## **RESUMO**

Historicamente o petróleo foi o motivador de grandes disputas, ambições, conflitos e mesmo assim continua sendo a principal forma de energia do mundo.

Em meio a um cenário de muitas guerras por recursos naturais, descobertas do petróleo na camada do pré-sal no território da Amazônia Azul, que tem grande relevância estratégica, fizeram com que mais uma vez os olhos do mundo se voltassem para o Brasil, uma potência regional que busca seu espaço como grande potência mundial.

Atualmente o Brasil conta com Forças Armadas despreparadas, e por essa razão foi criada a Estratégia Nacional de Defesa. É de responsabilidade das Forças Armadas a proteção territorial e da soberania do Brasil.

Palavras-chave: Amazônia Azul, Petróleo, Forças Armadas, Estratégia Nacional de Defesa.

## **ABSTRACT**

Historically the oil was the motivator of big contests, ambitions, conflicts and even so it is the main energy source in the world.

In a scene of many wars for natural resources, discoveries of oil in the layer of pré-salt in the territory of Amazônia Azul, that has great strategic relevance, made that once again the world's attention turned to Brazil, a regional power that looks for it's positions as a big world power.

Nowadays, Brazil has Armed Forces who are unprepared and for this reason the National Defense Strategy has been created. It is the Armed Forces responsibility for the territorial protection and Brazil's sovereignty.

Key Words: Amazônia Azul, Oil, Armed Forces, National Defense Strategy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Limites do Mar.....	36
<b>Figura 2</b> – Amazônia Azul.....	39
<b>Figura 3</b> – Área do Pré-sal.....	40
<b>Figura 4</b> – Camada Pré-sal.....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE - Agência Internacional de Energia

CLPC - Comissão de Limites da Plataforma Continental

CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar

EMFA - Estado Maior das Forças Armadas

ERESC - Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IEA - *International Energy Agency*

MT - Mar Territorial

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PC - Plataforma Continental

ZC - Zona Contígua

ZEE - Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA .....	13
1.2 OBJETIVOS .....	14
<b>1.2.1 Objetivo geral .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>15</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	15
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA .....	19
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
2.1 KLARE E A GUERRA POR RECURSOS - UMA VISÃO TEÓRICA.....	20
<b>2.1.1 Petróleo: fonte renovável de guerras .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.2 Choques do petróleo.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1.3 Guerra do golfo .....</b>	<b>29</b>
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMAZÔNIA AZUL.....	33
<b>2.2.1 Petróleo na camada Pré-sal.....</b>	<b>40</b>
2.3 FORÇAS ARMADAS.....	43
<b>2.3.1 Ministério da Defesa.....</b>	<b>47</b>
<b>2.3.2 Estratégia Nacional de Defesa .....</b>	<b>49</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado no decorrer do primeiro e segundo semestre de 2011, com o intuito de abordar as questões que tangem ao petróleo da Amazônia Azul bem como da defesa da mesma por parte das Forças Armadas Brasileiras.

O Ouro Negro ou a Maldição do Petróleo caracterizam a preciosidade e ao mesmo tempo o perigo que esse hidrocarboneto pode ser. Na história podemos claramente ver o quão benéfico e útil o petróleo foi, devida sua utilização em larga escala, seja como fonte de energia, seja como matéria-prima, visto sua extrema importância e grande necessidade para a humanidade. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE) (2010), atualmente o petróleo é considerado como a principal fonte de energia no mundo<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, tem-se visto muitos conflitos internacionais ocorrendo pela busca crescente por esse recurso cuja tendência é de escassez no futuro. Santos<sup>2</sup> aponta que o petróleo representa 40% das necessidades energéticas totais do planeta, devendo estar nesta liderança até 2020.

Não é de hoje que nota-se o valor que o poder e a batalha pela hegemonia mundial representam para as Nações, fatores que levaram a ideia de que o petróleo significa concentração relevante de poder e riqueza. A busca constante por força, poder e domínio é vista em todos os continentes, força esta que faz com que, embora o objetivo geral da maioria dos Estados seja a paz, a guerra possa existir. A questão da força é ressaltada por Lafer ao proferir em nome do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no discurso de abertura dos debates da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 12 de setembro de 2002:

---

<sup>1</sup>INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (Org.). **World Energy Outlook 2010**. Disponível em: <[http://www.worldenergyoutlook.org/docs/weo2010/weo2010\\_es\\_portuguese.pdf](http://www.worldenergyoutlook.org/docs/weo2010/weo2010_es_portuguese.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2011.

<sup>2</sup>SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Petróleo- Quadro estratégico-global no início do século XXI. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n 1, p. 95-115, jun/jul/ago. 2003.

O uso da força no plano internacional somente pode ser admitido se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática. A força somente pode ser exercida de acordo com a Carta das Nações Unidas e de modo consistente com as deliberações do Conselho de Segurança. Do contrário, estará solapada a credibilidade da organização, dando margem não apenas à ilegitimidade, como também à situação de equilíbrio precário e não duradouro.<sup>3</sup>

Ainda no que tange a esse contexto, Santos<sup>4</sup> salienta que “as lutas por poder e riqueza entre os homens e as nações extravasam para o campo da energia e alteram o curso da evolução da indústria do petróleo”. Trata-se de um recurso energético, que será sempre caracterizado por conflitos, desconfiança e insegurança.

O Brasil, caracterizado como um país pacífico e uma potência regional aparece em um cenário onde muitos países notam o crescimento de sua atuação no contexto internacional. Um Estado de dimensões continentais e que faz fronteira com diversos Estados, culturas e um vasto acesso ao mar e riquíssimo em recursos naturais, alguns até mesmo escassos para grande maioria dos outros países. Com uma atual economia estável, embora tantas crises mundo afora e com uma diplomacia atuante, o Brasil é reconhecido como um país que busca a paz incessantemente. Todos esses benefícios que o Brasil recebeu em seu território, hoje podem ser alvos de ambição pelas maiores potências mundiais.

A caracterização do Brasil é ressaltada por Manuel Cambeses Júnior:

O Brasil é um país guiado por um sentimento de paz. Não abriga nenhuma ambição territorial, não possui litígios em suas fronteiras e, tampouco, inimigos declarados. Toda ação, por ele empreendida nas esferas diplomática e militar, busca, sistematicamente, a manutenção da paz. Porém, tem interesses a defender, responsabilidades a assumir, e um papel a desempenhar, no tocante à Segurança e Defesa, em níveis hemisférico e mundial,<sup>5</sup> devido a sua estrutura político-estratégica no concerto das nações.

Segundo Martins, a definição da Marinha Brasileira se refere à Amazônia Azul como sendo a área compreendida pela extensão do mar territorial brasileiro (12 milhas), mais a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), de 188 milhas e a extensão da

<sup>3</sup> LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a política externa. Passado, presente e futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

<sup>4</sup> SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Petróleo- Quadro estratégico-global no início do século XXI. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n 1, p. 95-115, jun/jul/ago. 2003.

<sup>5</sup> CAMBESES JÚNIOR, Manuel. As Forças Armadas e a política de Defesa Nacional. **A Defesa Nacional**: Assuntos militares e estudos de problemas brasileiros, Rio de Janeiro, n. 802, p. 13-14, mai/jun/jul/ago. 2005.

plataforma continental. Visto sua imensidão e tamanha riqueza encontrada nessa área, lhe foi atribuído o nome, baseado na Amazônia Verde.<sup>6</sup>

A questão da Amazônia Azul tem grande relevância para os interesses brasileiros, pois abriga em seu território este bem, considerado um dos mais instáveis economicamente, apesar do seu alto nível de procura pelos países do mundo todo, haja vista sua necessidade e sua possível escassez em um futuro próximo.

Desta maneira esta pesquisa pretende compreender as questões que envolvem o fato de o Brasil ser dono de parte deste precioso recurso visado mundialmente, bem como verificar a necessidade da proteção de tal riqueza por parte das Forças Armadas brasileiras.

## 1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA:

O petróleo é caracterizado na história mundial como o possível motivo de muitas guerras e conflitos. A busca incansável por esse bem por muitos países que o necessitam, mostra como o mesmo é geograficamente mal distribuído. O ex-diretor do departamento de energia do Itamaraty, Simões<sup>7</sup>, aborda que no mundo a divisão dos recursos energéticos não acompanha o grau de desenvolvimento das economias, sendo que na maioria das vezes as regiões mais ricas são em geral, desprovidas de recursos energéticos. O Oriente Médio, grande produtor de petróleo sofre constantes ameaças por possuir uma riqueza natural tão valiosa em seu território, fazendo com que a ambição de muitas potências mundiais voltem seu foco para a região.

Já no que tange ao Oriente Médio, mais especificamente, Afonso Ouro Preto argumenta que:

Berço das três grandes religiões monoteístas, ponto de contato entre o Ocidente e o Oriente, área de conflito e também de síntese cultural, centro estratégico próximo às maiores riquezas petrolíferas do planeta, o Oriente Médio se mantém ainda hoje como a região, por excelência das confrontações e crises modernas.

---

<sup>6</sup> MARTINS, Eliane Octaviano. Amazônia Azul, Pré-sal, soberania e jurisdição Marítima. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/1398/1371>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

<sup>7</sup> SIMÕES, Antonio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. **Política Externa**. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 21-30, dez.,jan,fev. 2006-2007.

Após o término da guerra fria, o Oriente Médio passou a constituir a mais importante área de conflito do mundo e de ameaça à paz global.<sup>8</sup>

O Estado brasileiro aparece em um cenário internacional onde questões relacionadas ao petróleo envolvem quantias muito elevadas de dinheiro, pois este hidrocarboneto é considerado um dos pilares da economia mundial, além de um risco de segurança ao país que possui esse bem, visto que a oferta do mesmo é extremamente disputada no mercado internacional.

Se o Brasil, dono de um bem tão valioso, não contar com Forças Armadas preparadas para enfrentar os desafios que uma verdadeira potência precisa ter para conquistar poder, corre riscos de entregar às grandes potências um bem que poderá trazer imensuráveis riquezas ao país. Embora a eficiência da diplomacia brasileira seja uma das melhores no mundo, mesmo que hoje criticada por alguns países devido a algumas ações atuais, nenhum país consegue por muito tempo estabilidade mundial, sem contar com Forças Armadas preparadas para amparar a diplomacia, caso a mesma venha a falhar. A nova Estratégia Nacional de Defesa<sup>9</sup> demonstra essa necessidade de reestruturação e reaparelhamento das Forças Armadas, hoje extremamente obsoletas e despreparadas, para que a mesma possa estar apta para atuação eficaz em um futuro não muito distante, onde o Brasil possa ganhar destaque como verdadeira potência regional.

Considerando a Amazônia Azul um bem estratégico ao desenvolvimento do Brasil, insta indagar: há a necessidade de defesa da mesma pelo Estado Brasileiro através das Forças Armadas?

## 1.2 OBJETIVOS

Neste subcapítulo serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

---

<sup>8</sup>PRETO, Afonso Ouro. Oriente Médio. **O Brasil no Mundo que vem aí: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

<sup>9</sup>MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa: paz e segurança para o Brasil**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia>. Acesso em: 30 mai. 2011.

### 1.2.1 Objetivo geral

Verificar a necessidade de defesa por parte das Forças Armadas para a defesa do petróleo encontrado na Amazônia Azul.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever o petróleo como motivador de Guerras;
- b) Caracterizar a Amazônia Azul;
- c) Conhecer as ações das Forças Armadas Brasileiras frente à defesa nacional, buscando estabelecer uma visão ampla e crítica do tema.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Baseado na história mundial é perceptível a importância do petróleo e sua relativa instabilidade no mundo. Países que detêm esse bem em seu território são, na maioria das vezes, cobiçados por possuir um bem tão precioso, valioso e extremamente competitivo no mercado global. O petróleo, entre suas crises e bons momentos, pode ser caracterizado por motivos de muitas guerras no mundo todo.

Como bem afirma Santos<sup>10</sup>, embora se veja um progresso das energias alternativas renováveis, o mundo ingressa no século XXI ainda com grande dependência das energias fósseis como o petróleo, gás natural e carvão. O petróleo continuará sendo, por muitas décadas, “a principal base energética do planeta, alimentando o crescimento econômico das nações, mas também gerando constantes sentimentos de insegurança irrigados por conflitos e incertezas”.

---

<sup>10</sup>SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Petróleo- Quadro estratégico-global no início do século XXI. **Política Externa**. São Paulo, v. 12, n 1, p. 95-115, jun/jul/ago. 2003.



O fato desse bem correr o risco de se tornar escasso em um futuro muito próximo faz com que as maiores nações do mundo voltem seus olhos para países que contam com essa riqueza natural, sendo uma ameaça constante. Os maiores produtores de petróleo do mundo concentram-se no Oriente Médio, região de intensa instabilidade e uma das regiões mais visadas do mundo por ter em sua região as maiores reservas desse bem.

É em um cenário que traz por meio da história muito caos e riquezas, que o Brasil aparece no Século XXI com grande destaque. O Brasil, em meio a muitos estudos e pesquisas, encontrou em seu território marítimo grandes reservas petrolíferas, cujas estatísticas mostram os dados de que esse Estado se consagrará como um dos países com maior produção de petróleo. Os números apontam para as primeiras colocações desse *ranking*, porém esses dados ainda não são precisos a ponto de uma colocação exata. Essas descobertas segundo fontes da PETROBRAS<sup>11</sup> apontam mais de 8 bilhões de barris de petróleo em uma faixa de cerca de 800 quilômetros de extensão, indo do Estado do Espírito Santo à Santa Catarina.

Em meio a tantos conflitos por parte de nações mais poderosas, o Brasil aparece em um contexto no qual a questão da defesa nacional apresenta-se como uma solução prévia para proteção de seu território, que é extremamente extenso, de sua soberania e de defesa de um bem nacional. Atualmente as fronteiras terrestres brasileiras são perfeitamente definidas, fato consolidado graças a José Maria Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco<sup>12</sup>.

O tema em questão é antigo no que diz respeito ao petróleo e a questões de defesa, identificado pelo fato de que, muitos países contam com altos investimentos em segurança nacional. No entanto, o caso do Brasil torna-se isolado, pois descobertas do pré-sal são recentes e juntamente a isso, existe a necessidade de proteção de um território tão extenso.

---

<sup>11</sup>PETROBRAS (Brasil). **Atuação no Pré-Sal**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/energia-e-tecnologia/fontes-de-energia/petroleo/presal/>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

<sup>12</sup>ITAMARATY (Brasil) (Org.). **Barão do Rio Branco**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/p2/personalidades-e-diplomatas-historicos/barao-do-rio-branco/?searchterm=Bar%C3%A3o%20do%20Rio%20Branco>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

Outrossim, esse estudo justifica-se na proeminência de tratar-se de um assunto inovador no campo das relações internacionais, sendo possível dizer que o mesmo poderá contribuir para preenchimento dessa área que até então se concentra nos estudos de inteligência das Forças Armadas e do Ministério de Defesa. Nesse contexto, o desenvolvimento dessa análise possibilitará que estudos futuros sobre essa mesma temática sejam desenvolvidos, mostrando para a sociedade que a função das Forças Armadas não é guerra e sim a proteção do país, embora tenham que estar preparados para caso isso venha a acontecer. No campo da diplomacia, é possível destacar que o estudo mostrará que a eficiência da mesma pode ser muito mais reconhecida e fortalecida se amparada por forças militares.

Pressupõe-se que o presente trabalho trará como contribuição para a graduanda, um maior conhecimento da relação histórica e atual do petróleo em um âmbito mundial. Contudo pretende-se trazer também conhecimento avançado sobre seu país, Brasil, e a real postura do mesmo em tempo presente, podendo assim analisar projeções internacionais futuras. No que diz respeito à contribuição acadêmica, o estudo pretende demonstrar dentro da Instituição o quão importante é o conhecimento de conflitos e guerras no passado para poder entender o presente e se preparar para o futuro. Da mesma forma, demonstrar-se-á a necessidade de que os graduandos conheçam o seu país a fundo, podendo assim estudar sobre um bem disponível em nosso território e conhecer a necessidade das Forças Armadas estruturadas, preparadas e ativas como forma de escudo de qualquer ambição internacional dentro de nossas fronteiras. Abrindo desta forma, mais um campo de atuação do internacionalista.

#### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico utilizado neste trabalho parte de uma abordagem qualitativa, bem como pesquisa descritiva a qual procura esclarecer e caracterizar o problema da pesquisa.

Richardson ressalta sobre a abordagem qualitativa que:

“caracteriza-se pela condição de descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Ressalta também que pode contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”<sup>13</sup>

Dessa maneira, este trabalho visa analisar a questão da defesa do petróleo na região denominada como Amazônia Azul e de maneira a entender a necessidade da Defesa Nacional.

O modelo de pesquisa descritiva utilizado é conceituado por Braga como tendo o objetivo de caracterizar determinado fato, bem como descrever seu comportamento, baseando-se em “amostras grandes e representativas”<sup>14</sup>.

Desta maneira, o trabalho inicia com a coleta dos dados documentais, arquivos e reportagens encontradas em meios eletrônicos, com os quais se buscou determinar o foco da pesquisa.

Revistas, Organismos Internacionais também foram de grande valia para se concretizar o objetivo do projeto, uma vez que esse assunto é recente e grande parte de seu conteúdo está em andamento.

A partir dos dados coletados, foi realizada a análise das informações sob uma ótica crítica e comparativa, a fim de verificar a caracterização do que é chamado de Amazônia Azul. Da mesma maneira, procurou-se compreender a atuação das Forças Armadas Brasileiras em um contexto atual, possibilitando o entendimento da real necessidade da mesma para a proteção do petróleo em território nacional.

A ideia central que motiva a pesquisa e a escolha do tema parte de questões históricas tendo em vista que muitos países puderam alcançar a riqueza através da exploração do petróleo em seu território, da mesma forma que puderam tornar seus países reféns desse bem. Considerando a necessidade de proteção do bem em análise, tais questões formam a estrutura na qual se estudará o motivo da necessidade da reestruturação das Forças Armadas Brasileiras para proteção territorial.

Por fim, a partir da junção de todos os dados coletados, a análise e comparação das informações obtidas que resultam na confecção do problema e a verificação da atuação das Forças Armadas Brasileiras relacionadas ao petróleo

---

<sup>13</sup>RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

<sup>14</sup>Braga, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Susana Pinheiro Machado (Org). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.

brasileiro, a pesquisa busca no seu decorrer legitimar a ideia que instiga a problematização.

## 1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente pesquisa está estruturada em três capítulos que contém as respectivas subdivisões: No primeiro capítulo, é apresentada a visão teórica de Michael Klare e a guerra por recursos, sendo que posteriormente se dá início a parte histórica dos conflitos que o petróleo já esteve envolvido. São abordados os choques do petróleo de 1973 e 1979 e também a Guerra do Golfo, mostrando que em ambos os litígios o petróleo foi o ator principal desses eventos. Já no segundo capítulo é tratada a Caracterização da Amazônia Azul, o Direito do Mar como limite das fronteiras nacionais e internacionais e o petróleo do pré-sal encontrado em águas brasileiras, mais precisamente na região da Amazônia Azul. O terceiro e último capítulo aborda a necessidade das Forças Armadas, em especial à Marinha Brasileira, visto que a mesma é quem mais está presente na região na Amazônia Azul para a proteção da mesma. O capítulo também trata da criação do Ministério da Defesa e sua utilidade da mesma forma que contém o conteúdo da Estratégia Nacional de Defesa, empregada à defesa da Amazônia Azul.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir deste momento passa-se a delinear os contornos que darão forma a esta pesquisa, com a apresentação da revisão bibliográfica dos temas e suas relevâncias para a problemática apresentada e suas respectivas abordagens teóricas, conceituais e práticas.

### 2.1 KLARE E A GUERRA POR RECURSOS - UMA VISÃO TEÓRICA

O capítulo seguinte aborda a teoria de Michael Klare<sup>15</sup> que aponta para o fato de que as guerras do futuro estarão relacionadas ao controle de recursos. Também serão analisadas as guerras do passado tendo o petróleo como maior motivador, caracterizando os choques do petróleo como responsáveis pelas grandes oscilações de preços e a Guerra do Golfo como grande jogo de interesses, essas são as partes fundamentais desse capítulo.

Segundo Klare<sup>16</sup> até pouco tempo atrás os conflitos internacionais eram baseados em motivos políticos e ideológicos. Já as guerras do futuro terão como grandes motivadores o controle e a posse dos principais bens econômicos vitais e pelos recursos que a sociedade industrial moderna precisa para seu funcionamento. Nos próximos anos, segundo o autor, as guerras por recursos serão a característica mais marcante da segurança internacional. Klare salienta que não se pode prever em quais lugares e em que momentos esses conflitos poderão ocorrer, estabelecendo assim uma nova geografia, onde a busca por recursos vitais será o determinante para esses conflitos. Esse novo cenário tira de cena o que tinha muita importância no período da guerra fria, perdendo a importância estratégica e faz com que a comunidade internacional volte seus interesses a regiões que não tinham tanta importância antes, porém o maior interesse terá como centro regiões que

---

<sup>15</sup>Michael T. Klare é Professor de assuntos relacionados à paz e segurança mundial em Hampshire College.

HAMPSHIRE COLLEGE. **Michael Klare**. Disponível em:  
<http://www.hampshire.edu/faculty/mklare.htm>. Acesso em: 22 out. 2011.

<sup>16</sup>KLARE, Michael T. La Nueva Geografia del conflicto.In: \_\_\_\_ **Guerra por los recursos**. Barcelona: Urano, 2002. cap. 9, p. 261-276.

contam com matérias primas em abundância, como petróleo, água, diamantes, minerais e madeira para construção.

Nas projeções de Klare, muitas das guerras por recursos acontecerão em países em desenvolvimento e especialmente onde existe corrupção e disputa por poder político. Dentre as alternativas para a proteção desses recursos vitais, o autor salienta que será necessária uma estratégia muito custosa baseada na força. Em contrapartida indaga se a cooperação não seria o meio mais eficaz para a resolução das guerras por recursos, justificando que, essa estratégia deveria contemplar uma distribuição mais justa desses bens e acelerar um programa em âmbito mundial para a busca de soluções energéticas e processos industriais alternativos.

Deste modo, os recursos escassos poderiam ser conservados e tecnologias mais eficientes poderiam ser utilizadas. Para que essa estratégia tivesse êxito, teria que contar com a criação de instituições internacionais sólidas, que possam contar com a confiança dos líderes mundiais e da opinião pública. Como uma das possíveis soluções no setor energético, se instituiria uma autoridade mundial para coordenar a busca por combustíveis alternativos e que quando houvesse crises que controlassem a distribuição das já existentes. Os fundamentos da instituição que o autor cita, existem através da *International Energy Agency* (IEA)<sup>17</sup>. A mesma surgiu em 1974 como a reação ao embargo petrolífero de 1974 pelos países árabes, e tinha por função ordenar e supervisionar a distribuição do óleo entre os países do Ocidente caso ocorresse uma situação de emergência. Caso a IEA abrangesse todas as regiões, facilitaria o diálogo entre países, podendo até mesmo evitar a falta desses recursos no futuro.

A estratégia da cooperação como bem afirma o autor apresenta muitas vantagens. O uso da força por certo Estado, pode até ser que durante um determinado momento alivie a escassez de um recurso no país vencedor, porém reservará para o futuro mais violência. O uso da força além de consumir, destrói recursos que seriam mais bem aproveitados se fossem dedicados ao bem comum. Exemplo disso ocorreu, durante a Operação Tempestade no Deserto<sup>18</sup> “Estados

---

<sup>17</sup> AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (AIE)

<sup>18</sup>“O governo Bush comandou a operação Tempestade no Deserto, logo após a invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990. Sob o discurso da democracia, da paz e da liberdade, os Estados Unidos da América comandaram uma coalização militar composta por 28 países com o aval da ONU, que rapidamente retirou do Kuwait as tropas iraquianas de Saddam Hussein, um antigo aliado e sócio comercial dos Estados Unidos. Importante salientar que por trás dessa intervenção havia também outros motivos estratégicos, tal como impedir o Iraque de controlar as reservas de petróleo da região

Unidos e seus aliados necessitaram em média uns 86 milhões de litros de petróleo diário, que são em média o consumo diário de um país com o tamanho da Argentina”<sup>19</sup>.

O repúdio a violência e a promoção por soluções através da cooperação tem maiores possibilidades de evitar escassez dos recursos em questão. Além de tudo, a cooperação conta com soluções mais duradouras, desenvolvendo uma reação em cadeia, contando com a confiança, de que, os envolvidos estarão mais preparados para casos de emergência. Assim, evitam-se as operações e gastos militares, destinando maiores verbas para novas tecnologias.

A solução apresentada é uma posição de Klare, o mesmo é representante dos Estados Unidos e um grande estudioso no tema, porém esse posicionamento sobre o tema diverge da ideia central do trabalho que é a proteção de um bem encontrado em território brasileiro e que é de direito do país poder explorá-lo e usufruir de seu valor para uso nacional. Diferente da ideia de que em momentos de crise esse bem deva ser dividido de forma igual aos que necessitem.

O Autor ainda ressalta que a base da construção e da existência da civilização humana foram os recursos naturais. A Terra possui grandes quantias desses bens, porém sua utilização massiva traz perspectivas de esgotamento. Caso a guerra seja escolhida como meio para solução, o custo de vidas humanas perdidas será grande. Para que isso seja evitado e para garantir o fornecimento desses bens essenciais, deve-se criar um sistema de conservação dos recursos naturais e a cooperação para o seu uso.

---

das quais necessitavam os países ocidentais. O rápido sucesso dessa operação levou o presidente George Bush a anunciar “um novo século americano” com uma nova ordem mundial pós-Guerra Fria, baseada nos princípios e valores norte-americanos da democracia de mercado. E sem a presença de qualquer tipo de potência que possa desafiar o poderio norte-americano”.

SANTOS, Marcelo. O poder militar. In: \_\_\_\_ **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. 1. ed. São Paulo: Annablume: Fapesc, 2007. cap. 2, p. 66-84.

<sup>19</sup> *Durante la operación Tormenta del Desierto, por ejemplo, Estados Unidos y sus aliados necesitaron unos 86 millones de litros de petróleo diarios, en promedio, que viene a ser el consumo diario de un país de las dimensiones de Argentina.* Tradução nossa.

### 2.1.1 Petróleo: fonte renovável de guerras

Ao citar Maquiavel, Alves<sup>20</sup> afirma que “para dizer o que vai acontecer é preciso saber o que ocorreu antes”, e partindo desse pressuposto é que se inicia a análise histórica das guerras envolvendo o petróleo como um dos principais motivadores e fonte constante de disputas, para uma possível análise de quais fatores que o Brasil deve ter cuidado para a proteção do petróleo que se encontra em seu território, e também objeto de estudo primordial do trabalho, que é a Amazônia Azul.

Pode-se caracterizar o século XVI, tendo como principal marco a busca pelo ouro. Motivando vários países europeus lançarem-se ao mar para localizar e explorar o bem mais precioso da época em questão, motivando assim, as expansões marítimas e as atividades econômicas europeias.<sup>21</sup> A partir do século XIX, entra no cenário mundial outro ouro, o “ouro negro”. Como bem afirma Pereira<sup>22</sup> o “ouro negro” tem sua principal atividade como gerador de energia, especialmente quando é transformado em gasolina, combustível para automóveis. Porém essa tamanha fonte de energia e riqueza gera também sérios problemas políticos, uma vez que esse recurso torna-se restrito a alguns países. Países detentores das maiores reservas de petróleo aprenderam a usar o petróleo como arma política e econômica para barganhar espaço no cenário internacional. O “ouro negro” já foi o grande motivador de muitas crises e guerras, pois como salienta a autora, quem detém seu controle pode dar as “cartas do jogo”, controlando preços, produção e áreas de influência política. Simões<sup>23</sup> ressalta que “a luta pelo controle das fontes de energia tem sido um dos vetores mais significativos para entender diversos desenvolvimentos na história do homem”. O Autor também destaca que na época das cavernas, quem tinha vantagem eram os grupos que primeiro dominaram

---

<sup>20</sup> ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues. O Ministério da Defesa está consolidado? : **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 800, p. 44-50, set/out/nov/dez. 2004.

<sup>21</sup> CLICK MACAÉ. **As Crises do Petróleo**. Disponível em:

<<http://www.clickmacae.com.br/?sec=109&pag=pagina&cod=205>> Acesso em: 01 Set. 2011.

<sup>22</sup> PEREIRA, Elenita Malta. O Ouro Negro: Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. **Outros Tempos**, v. 5, n. 6, p. 54-72, dez. 2008. Disponível em : < <http://www.outrostempos.uema.br/vol5.6/art.4.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2011.

<sup>23</sup> SIMÕES, Antonio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. **O Brasil no mundo que vem aí**: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 139-155.



a técnica de obter fogo. Entretanto, com o início da era dos hidrocarbonetos, já no final do século XIX, a procura pelo controle das fontes de energia passaria a ter mais espaço na política dos Estados. Atualmente, aproximadamente 96% dos veículos de transporte do mundo precisam do petróleo para sua locomoção.

Santos<sup>24</sup> ao discorrer sobre a instabilidade do petróleo afirma que:

A vulnerabilidade planetária em relação a uma região produtora de petróleo que sempre foi muito instável faz a discussão sobre a Estratégia Global do Petróleo reemergir de um passado recente marcado por crises e instabilidades. Ao longo dos anos de 1970, assim como hoje, o cenário de guerra em uma região naturalmente explosiva gerou um sentimento de insegurança energética para os consumidores. Naquela oportunidade, estes se apoiaram na tecnologia e, principalmente, nas forças econômicas, para diversificar as suas fontes de suprimento de energia e criar um mercado mais estável. A despeito dos seus maiores custos, novas fronteiras produtoras de petróleo foram abertas.

Segundo Sena Filho<sup>25</sup>, o petróleo, dependendo do ponto de vista, pode ser considerado como a solução para todos os problemas, ou o determinante de todos os infortúnios, devido ao seu valor geoestratégico, assumindo um patamar de destaque histórico no século XX, e como se nota até agora, destaque neste início do século XXI. No que tange a importância desse precioso hidrocarboneto para o século XXI, Yergin<sup>26</sup>, grande conhecedor no tema afirma que:

Por quase um século e meio o petróleo vem trazendo à tona o melhor e o pior de nossa civilização. Vem se constituindo em privilégio e em ônus. A energia é a base da nossa sociedade industrializada. E, entre todas as fontes de energia, o petróleo vem se mostrando a maior e mais problemática devido ao seu papel central, ao seu caráter estratégico, à sua distribuição geográfica, ao padrão recorrente de crise em seu fornecimento – e à inevitável e irresistível tentação de tomar posse de suas recompensas. Será extraordinário se chegarmos ao final deste século sem que a supremacia do petróleo seja testada ou desafiada novamente por crises políticas, tecnológicas, econômicas ou ambientais – quem sabe previstas ou até vindas de surpresa. Nada menos se pode esperar de um século que é tão profundamente moldado e afetado pelo petróleo.

O petróleo, conforme complementa Sena Filho, marca a história do século XX, em um cenário de riqueza e sangue. É um novo contexto de um novo século,

<sup>24</sup>SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Petróleo – Quadro estratégico global no início do século XXI.

**Política Externa**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 95-115, jun/jul/ago. 2003.

<sup>25</sup>PENA, Lincoln de Abreu; SENA FILHO, Nelson de; SOUZA, Celeste Aparecida Dias. A Geopolítica do Petróleo e a Petrobras. In: SENA FILHO, Nelson de Sena. **Petróleo no Brasil: três ensaios sobre a Petrobras**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. p. 59- 71.

<sup>26</sup>YERGIN, Daniel. Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder. São Paulo: Scritta, 1992.

que já vivenciou ataques terroristas, o tão precioso ouro negro mostra que suas pendências ainda estão longe de serem resolvidas.

### 2.1.2 Choques do petróleo

O primeiro choque do petróleo foi a resposta que os árabes deram ao Ocidente, em relação à ajuda americana dada a Israel na Guerra do *Yom Kippur*, que ao tentar recuperar os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias<sup>27</sup>, Egito e Síria atacaram Israel no feriado judeu. Desde a fundação do Estado Judeu em 1948, essa foi a quarta guerra entre árabes e israelenses, sendo a primeira vez que a arma do petróleo foi usada, como bem afirma Voigt.<sup>28</sup>

O motivo da Guerra do *Yom Kippur* foi a tentativa de recuperação dos territórios perdidos para Israel na Guerra dos Seis Dias em 1967 (Golã, Sinai e Cisjordânia), bem como chamar a atenção do Ocidente para a situação dos povos árabes. Inclusive até mesmo a Organização das Nações Unidas intervieram, através da resolução 242<sup>29</sup>, requerendo que Israel devolvesse os territórios conquistados, o que nunca ocorreu. Muitos anos após o infundável conflito, a região em litígio ainda convive com a ideia de que não há possibilidade de alcançar a paz.<sup>30</sup>

Salvador e Marques<sup>31</sup> salientam que a ajuda dada pelos Estados Unidos a Israel, fez com que a Arábia Saudita respondesse a esse ato declarando embargo a todos os embarques de petróleo que tivessem como destino Estados Unidos, Países Baixos (relacionando a importância estratégica do porto de Amsterdã com a

<sup>27</sup> A Guerra dos seis dias foi um conflito armado entre Israel e a frente árabe, formado por Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. Agência Judaica. **Guerra dos Seis Dias**. Disponível em: <http://eitan.com.br/Guerra%20dos%20Seis%20Dias.pdf> Acesso em: 27 out. 2011

<sup>28</sup> VOIGT, Marcio Roberto. **O Impacto dos Choques Petrolíferos na Diplomacia Brasileira (1969-1985)**. 2010. 238 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

<sup>29</sup> UNITED NATIONS. **Security Council Resolutions – 1967**. Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/240/94/IMG/NR024094.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 27 out. 2011.

<sup>30</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Os trinta anos da Guerra do Yom Kippur e do choque petrolífero**. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo\\_133.htm](http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_133.htm)> Acesso em: 2 set. 2011.

<sup>31</sup> SALVADOR, Regina. MARQUES, Bruno Pereira. **Geopolítica do Petróleo: De Estrabão à(s) Guerras no Iraque**. Disponível em <<http://rsalvador.planetaclix.pt/geopoliticadopetroleo.pdf>> Acesso em: 2 set. 2011.

redistribuição de combustível para países europeus) e Portugal (tendo a base de Lajes como principal ponto de abastecimento americano no fornecimento de armas). Já na concepção de Pereira<sup>32</sup>, os países árabes deram uma resposta aos países que ajudaram Israel através da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Marinho<sup>33</sup> salienta sobre o surgimento da OPEP, onde a mesma surgiu inicialmente como um grupo que era composto por cinco países produtores de petróleo e todos contavam com uma característica comum que eram países em desenvolvimento, composto por: Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela, entre os dias 10 e 14 de setembro de 1960.

A questão principal estava relacionada com as grandes empresas petrolíferas e os Estados que exportavam, visto que havia uma dependência direta das divisas alcançadas pelo petróleo para o enriquecimento nacional. Os Estados membros procuravam seus direitos legítimos para poder atuar no mercado petrolífero que até então era controlado pelas multinacionais das sete irmãs. Salvador e Marques<sup>34</sup> apontam que durante grande parte do século XX, o sistema internacional do petróleo teve o controle por um cartel do petróleo. Até 1973, esse cartel foi constituído pela oligarquia de companhias petrolíferas mundiais, as chamadas “sete irmãs”, que tinham o domínio da tecnologia de refino e exploração. As sete irmãs formaram *joint ventures*<sup>35</sup> no qual exploravam campos petrolíferos estrangeiros, “até que, durante os anos de 1920, concordaram em dividir fontes de abastecimento com acordos explícitos, o que lhes permitiu repartir mercados, fixar preços internacionais e discriminar operadores externos ao cartel.” Simões<sup>36</sup> aborda que dentre as sete companhias, cinco eram norte-americanas e duas europeias (*British Petroleum* e *Shell*- de capitais ingleses e holandeses). Marinho aponta que pela primeira vez o

<sup>32</sup>PEREIRA, Elenita Malta. O Ouro Negro: Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. **Outros Tempos**, v. 5, n. 6, p. 54-72, dez. 2008. Disponível em: < <http://www.outrostempos.uema.br/vol5.6/art.4.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2011.

<sup>33</sup>MARINHO, Havana Alicia de Moraes Pimentel. Estados Unidos: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. **Revista História em Reflexão**: revista eletrônica de história, Dourados, v. 4, n. 7, p. 1-10, jan/jun. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/753/469>. Acesso em: 2 set. 2011.

<sup>34</sup>SALVADOR, Regina. MARQUES, Bruno Pereira. **Geopolítica do Petróleo: De Estrabão à(s) Guerras no Iraque**. Disponível em <<http://rsalvador.planetaclix.pt/geopoliticadopetroleo.pdf>> Acesso em: 2 set. 2011.

<sup>35</sup>*Joint Venture*, é uma figura jurídica que contempla as associações e as alianças estratégicas entre empresas. Studio Legale Tidona e Associati. **Parcerias Empresarias e Joint Ventures**. Disponível em: < [http://www.tidona.com/publicazioni/settembre02\\_7.htm](http://www.tidona.com/publicazioni/settembre02_7.htm)>. Acesso em 27 out. 2011.

<sup>36</sup>SIMÕES, Antônio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. **Política Externa**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 21-30, dez.,jan,fev. 2006-2007.

petróleo foi usado como uma arma, tanto no embargo quanto na alta do preço do barril do petróleo atingindo diretamente a economia mundial.

Na visão de Aurélio<sup>37</sup>, o ataque ocorreu precisamente no dia 6 de outubro de 1973, no dia do perdão, importante feriado judeu, sendo que o exército encontrava-se desguarnecido, devido ao feriado sagrado. Porém, Israel sabia que a vitória era apenas uma questão de dias ou de poucos meses, visto que Israel havia se consolidado como um dos 10 maiores exércitos do mundo, sendo que o mesmo contava com o amparo dos Estados Unidos para a contra-ofensiva do *Yom Kippur*. Porém, a Liga Árabe<sup>38</sup> contava com uma carta na manga, que ameaçava a suspensão da distribuição mundial de petróleo caso continuassem os bombardeios. Era a última jogada do Mundo Árabe.

Ao citar Bernardo Droz e Anthony Rowley, Pereira<sup>39</sup> expressa a ideia de que o embargo tenha sido uma das últimas alternativas dos países árabes, que no decorrer da história sofreram muitas humilhações pelos ocidentais, podendo enfim, reconhecer e utilizar a força financeira que possuíam: suas reservas petrolíferas. Tal estratégia alcançou o objetivo, pois a dependência dos Estados Unidos e Europa para com o petróleo é de extrema relevância, que tem nos combustíveis fósseis o principal fator gerador da matriz energética dessas regiões.

O Primeiro Choque do Petróleo como citado por Vicente<sup>40</sup>, contou com a represália dos países árabes através da OPEP. E buscavam como consequência direta que o Ocidente apoiasse os árabes ao invés de apoiar os israelenses. O caos gerado durante o choque do petróleo foi citado por Hobsbawm<sup>41</sup> ao afirmar que no começo da crise, a questão econômica não havia sido fortemente percebida pelas superpotências, porém com o golpe do cartel da OPEP, e consequente aumento dos

---

<sup>37</sup>AURÉLIO, Daniel. A cisma Judaísmo x Islamismo e o período pós-Revoluções. In: \_\_\_\_ **O senhor da Guerra**: nome de Deus como justificativa para a morte e a destruição. São Paulo: Universo dos Livros, 2005. cap. 4, p. 97-136.

<sup>38</sup>A Liga de Estados Árabes (LEA) é uma organização de Estados árabes fundada em 1945 no Cairo, com o objetivo de reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre seus membros, assim como mediar disputas entre eles. MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES. **Liga dos Estados Árabes**. Disponível em: < <http://www2.mre.gov.br/doma/liga.htm>>. Acesso em 27 out. 2011.

<sup>39</sup>PEREIRA, Elenita Malta. O Ouro Negro: Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. **Outros Tempos**, v. 5, n. 6, p. 54-72, dez. 2008. Disponível em: < <http://www.outrostempos.uema.br/vol5.6/art.4.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2011.

<sup>40</sup>VICENTE, Maximiliano Martin. A crise do Estado de bem-estar social e a globalização: um balanço. In: \_\_\_\_ **História e Comunicação na Nova Ordem Internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. cap 5, p. 123-146.

<sup>41</sup>HOBSBAWM, Eric J. Guerra Fria. In: \_\_\_\_ **A Era dos Extremos**: O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap 8, p. 223-252.

preços da energia, os Estados Unidos deram sinais do enfraquecimento de seu domínio mundial. Para ressaltar a ideia de como a economia foi afetada nesse momento, e quais países tiveram sua participação em destaque, Villa<sup>42</sup> pontua que:

Todavia, as fontes de ameaça ao bem-estar econômico dos Estados não se limitavam aos fluxos entre os países centrais. Os países periféricos também mostraram-se capazes de gerar riscos ao marco da economia globalizada. Um exemplo que resume esses riscos foi a crise energética que tem início com a guerra árabe-israelita de 1973 e se aprofunda um pouco mais tarde com a guerra entre Irã e Iraque (1980). Em ambas as ocasiões, as economias industrializadas, e muitas não-industrializadas, ficaram à mercê do cartel da OPEP, de forma que a insegurança econômica atingiu não só a esfera das relações horizontais entre países periféricos, mas também as economias verticais industrializadas. Vale lembrar que a maior parte dos países da OPEP pertencem ao Terceiro Mundo.

Ainda sobre o que diz respeito ao tema em relevância, Adda<sup>43</sup> salienta que a quadruplicação do preço do petróleo entre os meses de outubro de 1973 e novembro de 1974 foi o primeiro choque global que as economias globais presenciaram em um cenário após o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi a primeira vez que o caminho da economia mundial era afetado por várias decisões tomadas fora dos importantes centros de poder econômico do mundo desenvolvido. O marco que todos os países industrializados acabaram sendo afetados de modo simultâneo e muito similar, por um choque de caráter exógeno, mostrando assim uma vulnerabilidade no que diz respeito a um ambiente externo, que até então não havia sido considerado de tal modo.

Como consequência de um cenário de muita instabilidade, e pós Primeiro Choque do Petróleo, trazendo ainda mais caos para os países consumidores de petróleo, como bem afirma Galvêas<sup>44</sup>, que após uma média de cinco anos onde o cenário internacional dava sinais de normalização, surge então o Segundo Choque do Petróleo, onde ocorre a triplicação dos preços de venda. Fulgencio<sup>45</sup> define que em 1979 tal choque tenha ocorrido motivado pela revolução iraniana, que depõe o

<sup>42</sup>VILLA, Rafael Antônio Duarte. Novas Noções de Segurança: segurança econômica. In: \_\_\_\_ **Da Crise do Realismo à Segurança Global Multidimensional**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 1999. Cap IV, p. 136-144.

<sup>43</sup>ADDA, Jaques. A aprendizagem da interdependência: Os choques do petróleo e conversão das políticas econômicas. In: \_\_\_\_ **Os Problemas na Globalização da Economia**. Barueri: Manole, 2004 cap. 4, p. 69-71.

<sup>44</sup>GALVÊAS, Ernane, **A Crise do Petróleo**. Rio de Janeiro: APEC, 1985.

<sup>45</sup>FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum**: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14000 termos e definições. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=i3ztZNkEpOoC&printsec=frontcover&dq=Gloss%C3%A1rio+Vade+Mecum:&hl=pt-BR&ei=m3upTrP0H8PKgQfNh8Ep&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CEAQ6AEwAA#v=onepage&q=Gloss%C3%A1rio%20Vade%20Mecum%3A&f=false](http://books.google.com.br/books?id=i3ztZNkEpOoC&printsec=frontcover&dq=Gloss%C3%A1rio+Vade+Mecum:&hl=pt-BR&ei=m3upTrP0H8PKgQfNh8Ep&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CEAQ6AEwAA#v=onepage&q=Gloss%C3%A1rio%20Vade%20Mecum%3A&f=false)>. Acesso em: 8 set. 2011.

Xá Reza Pahlevi (1919 – 1980) e instala uma república islâmica no país. Dentre as consequências está a produção do petróleo iraniano, que é fortemente afetada, onde o Irã não consegue nem mesmo atender seu mercado interno. O mesmo, que era o segundo maior exportador da OPEP, ficando atrás apenas da Arábia Saudita, acaba ficando praticamente fora do mercado. O preço do barril do petróleo tem aumentos muito significativos, atingindo até mesmo níveis recordes, agravando assim a recessão econômica mundial no começo da década de 80 do século XX. Marinho<sup>46</sup> ainda salienta sobre o sentimento de instabilidade ocasionado pela Revolução Iraniana, encerrando os anos 70 com mais um choque petrolífero. O impacto desses litígios era fortemente sentido com o aumento do preço do barril do petróleo e consequentemente todos os setores indiretamente envolvidos sofriam com imensas perdas financeiras. Além dos fatores externos, os Estados Unidos, que já haviam conquistado o papel de potência hegemônica capitalista do mundo bipolar sofria dentro do seu próprio país com a recessão e inflação.

### 2.1.3 Guerra do golfo

Para Sarkis<sup>47</sup>, em um contexto pós-crises de 1973/1974 o perigo real mudou de lado. Os países exportadores de petróleo, que até então contavam com a ferramenta do embargo para sua defesa, tiveram que excluir esse termo do vocabulário. E mais uma vez os atores desse cenário tão conturbado invertem suas posições, agora quem utiliza o petróleo como arma são os países industrializados, justamente contra os países exportadores. Um exemplo clássico que justifica essa mudança foram as sanções da ONU contra o Iraque, no período que compreende os anos de 1990 a 2003. Nota-se uma complementaridade entre os países importadores e exportadores. Os países importadores têm sua preocupação real baseada na garantia de suas importações de petróleo e gás, já a preocupação dos

---

<sup>46</sup>MARINHO, Havana Alicia de Moraes Pimentel. Estados Unidos: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. **Revista História em Reflexão**: revista eletrônica de história, Dourados, v. 4, n. 7, p. 1-10, jan/jun. 2010. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/753/469>. Acesso em: 2 set. 2011.

<sup>47</sup>SARKIS, Nicolas. Bem-vindos ao Fim da Era Petróleo. Disponível em:

<http://diplomatieque.uol.com.br/acervo.php?PHPSESSID=8fc69f4735a8129f3921bbca52a49911&id=1852>. Acesso em: 8 set. 2011.

exportadores, considerada não menos legítima nem não menos vital, visto que sua preocupação esta voltada para o desenvolvimento de suas economias, como a garantia de mercados compradores e receitas de exportação.

O continuo jogo de interesses em um cenário que envolve petróleo, faz com que países mudem suas posturas perante outros países, muitas vezes o aliado acaba tornando-se o grande inimigo. Juhasz<sup>48</sup> salienta que no ano de 1991 os Estados Unidos deram início a sua primeira guerra explicitamente por petróleo. Amorim<sup>49</sup>, ao discorrer do tema, escreve que:

Tomemos o exemplo da Guerra do Golfo, por muitos considerada como o marco da nova era. Muito mais do que um conflito étnico-religioso ou civilizatório, o que se observou aí foi a disputa gerada por ambições expansionistas de um país que, embora muçulmano, era altamente secularizado e que tinha como alvo imediato outro Estado com o qual tinha mais afinidades do que contrastes, sob o ângulo cultural. A coalizão que se formou, sob liderança norte-americana, para combater Saddam Hussein, não tinha como objetivo defender o Ocidente contra um ataque fundamentalista, mas primordialmente preservar interesses políticos e econômicos dos países que a formaram bem como evitar que um ato de agressão, em clara contravenção do direito internacional, pudesse ficar impune. A configuração mesmo desta coalizão, que envolveu, com formas diferenciadas de participação, países ocidentais, islâmicos, e do Oriente, deixa claro que o petróleo e a ordem internacional, e não uma cruzada anti-fundamentalista, foram os fatores determinantes da ação que então se desencadeou.

Juhasz também aponta que dias depois da invasão do Iraque no Kuwait, em 1991, o presidente Bush declarou que: “Nossos empregos, nosso estilo de vida, nossa própria liberdade e a liberdade de países amigos de todo o mundo; todos sofreriam se o controle das maiores reservas de petróleo do planeta caíssem nas mãos de Saddam Hussein”. Segundo Fuser<sup>50</sup>, a Guerra do Golfo fez com que fosse elevado a um grau extremamente alto o envolvimento militar, a influência política e os riscos dos Estados Unidos no Oriente Médio. O autor ainda destaca que os Estados Unidos, onze anos atrás, haviam se comprometido de usar “todos os meios necessários, até mesmo a força militar”, em defesa do seu “interesse vital” no Golfo

---

<sup>48</sup>JUHASZ, Antônia. Os grandes planos das Big Oil para o futuro, parte II: guerras por petróleo. In: \_\_\_\_ **A Tirania do Petróleo**: a mais poderosa indústria do mundo e o que pode ser feito para detê-la. São Paulo: Ediouro, 2009. cap 8, p. 327-376.

<sup>49</sup>AMORIM, Celso. **Sistema Global, Geopolítica e Paz**. Disponível em: < <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/sistemaglobalgeopoliticaepaz.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

<sup>50</sup>FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. 2005. 329 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 2005.

Pérsico, através da Doutrina Carter<sup>51</sup>. A guerra em análise pode ser considerada o primeiro conflito militar internacional onde o papel central era desempenhado pelo controle das reservas petrolíferas. Huntington<sup>52</sup> discorre sobre o tema dizendo que:

A Guerra do Golfo foi a primeira guerra por recursos naturais pós-Guerra Fria travada entre civilizações. Estava em jogo a questão de se as maiores reservas mundiais de petróleo ficariam sob o controle dos governos sauditas e dos emirados, dependentes do poderio militar ocidental para sua segurança, ou de regimes independentes antiocidentais que teriam a capacidade e poderiam ter a disposição de empregar a arma do petróleo contra o Ocidente. Embora não tendo conseguido derrubar Saddam Hussein, o Ocidente, de certo modo, logrou uma vitória ao marcar a dependência do Ocidente em que estão os Estados do Golfo em matéria de segurança, bem como ao conseguir uma maior presença militar no Golfo em tempo de paz. Antes da guerra, o Irã, o Iraque, o Conselho de Cooperação do Golfo e os Estados Unidos disputavam a influência sobre o Golfo. Depois da guerra, o Golfo Pérsico virou um lago norte-americano.

Costa<sup>53</sup> ao indagar por qual motivo o Iraque iniciou a agressão ao Kuwait, argumenta que o petróleo, mais uma vez, estava no centro de toda a questão. Em um cenário pós a extensa guerra de oito anos entre Iraque e Irã, embora nenhum país tenha ganhado ou perdido, ambos saíram do conflito com grandes dívidas. O Iraque além de tudo, contou com o comprometimento da sua produção de petróleo, e necessitava recuperar o controle do seu desenvolvimento e crescimento econômico. O Iraque, antes de 1980, ocupava uma posição de potência regional emergente, porém após a Guerra, adquiriu dívidas bilionárias com Kuwait, Arábia Saudita e Estados Unidos. Para esse país em pleno caos, seria muito difícil uma reconstrução da guerra, e a única riqueza que o mesmo podia contar, apresentava um mercado cada vez mais desfavorável. Fuser analisa que: “o único meio de o Iraque pagar essas dívidas, reconstruir sua infraestrutura e reabsorver centenas de milhares de recrutas na economia civil era a retomada das exportações de petróleo – a única riqueza do país”.

O Iraque embalado pelo sentimento de autoconfiança, devido ao fato de que os Estados Unidos o haviam apoiado durante a guerra contra o Irã, mantendo fortes

<sup>51</sup> Anunciada pelo presidente Jimmy Carter em 1980, de que os Estados Unidos consideram o petróleo do Golfo Pérsico como um interesse vital, a ser definido por todos os meios, inclusive força militar. FUSER, Igor. **O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter**. Disponível em: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17\\_18\\_igor.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_igor.pdf). Acesso em: 28 out. 2011.

<sup>52</sup> HUNTINGTON, Samuel P. Das Guerras de Transição às Guerras de linha de fratura: Características das Guerras de Linha de Fratura. In: \_\_\_\_ **O Choque das civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. Cap. 10, p. 312-337.

<sup>53</sup> COSTA, Geórgia Belisário Mota. **Política do Petróleo: a relação dos Estados Unidos com os países produtores de petróleo do Oriente Médio**. 2009. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



laços políticos e envio de armamentos, tomou como base a declaração da Casa Branca “As relações normais entre os Estados Unidos e o Iraque poderão servir aos nossos interesses de longo prazo e promover a estabilidade tanto no Golfo Pérsico quanto no Oriente Médio.” <sup>54</sup> Como bem afirma Costa<sup>55</sup>, posteriormente ocorreu um dos grandes erros de cálculo da História. Saddam Hussein iniciou sua nova luta agora a vítima seria o Kuwait, onde o Iraque o acusava do descumprimento das cotas da OPEP e aproveitou a ocasião para requerer uma área de litígio entre os países. Essa área de fronteira é extremamente rica em petróleo, sendo que lençóis se dividem entre os dois países, o campo de Rumalia. O Iraque acusava o Kuwait de extrair petróleo proveniente de seu território. A tensão tornou-se cada vez mais tensa, até ocorrer a invasão concreta.

Carvalho<sup>56</sup> argumenta que a ONU, pela primeira vez, desde a Guerra da Coreia, autorizou liberdade de ação contra um agressor. Como resultado, o Iraque sofreu incondicional bloqueio naval e econômico (exceto alimentos e medicamentos para a população), também contou com a proibição da exportação de petróleo e importação de armas. A ONU, através da resolução 678<sup>57</sup>, deu prazos para que o Iraque se retirasse do Kuwait. Dias depois do término do prazo, os Estados Unidos deram início aos bombardeios aéreos do Iraque. Como resposta ao ato dos Estados Unidos, o Iraque lançou mísseis em cidades israelenses e sauditas. Como consequência, alguns dias após o ocorrido, 38 países liderados pelos Estados Unidos, invadiram o Kuwait e o sul do Iraque sem nenhuma dificuldade, e em poucos dias, o Iraque se rendeu incondicionalmente, retirando suas tropas do Kuwait. O Autor ainda salienta que a estratégia empregada, foi desenvolvida por Colin Powell na década de 1980 “para enfrentar as forças do Pacto de Varsóvia – a chamada “Doutrina Esmagadora”, que tem como foco destruir o inimigo antes do combate, privá-lo da capacidade de lutar. A batalha resumia-se na batalha ar-terra,

---

<sup>54</sup>NDS-26. *National Security Directive 26. US National Security Council. “US Policy Toward the Persian Gulf”*. Disponível em: <[www.fas.org/irp/offdocs/nsd/nsd26.pdf](http://www.fas.org/irp/offdocs/nsd/nsd26.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2011. Tradução Nossa: “*Normal relations between the United States and Iraq would serve our longer-term interests and promote stability in both the Gulf and the Middle East*”. Tradução nossa.

<sup>55</sup>COSTA, Geórgia Belisário Mota. **Política do Petróleo: a relação dos Estados Unidos com os países produtores de petróleo do Oriente Médio**. 2009. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

<sup>56</sup>CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. Iraque: Petróleo, história e guerra. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 800, p. 31-40, set/out/nov/dez. 2004.

<sup>57</sup>UNITED NATIONS. **Security Council Resolutions – 1990**. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/28/IMG/NR057528.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 30 set. 2011.

onde tinha que conquistar a supremacia aérea, atacar os alvos estratégicos e como fim, destruir as forças terrestres.

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMAZÔNIA AZUL

A Amazônia Azul, ainda desconhecida por muitos brasileiros entra em um cenário onde a soberania nacional, passa a ter grande relevância para a proteção do petróleo encontrado na camada pré-sal, atribuindo ao Brasil a responsabilidade de proteção territorial. Toda essa região em alto mar respeita as leis regidas pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM). Esses pontos serão abordados no capítulo que segue.

É indispensável à ideia que a relação de dependência do Brasil com o mar é muito forte. A descoberta desta Nação se deu pelo mar e hoje é o mesmo que abriga grandes quantias de riquezas e possíveis vulnerabilidades, caso o Brasil não as venha proteger.

A Marinha do Brasil<sup>58</sup> ao debater sobre as questões que envolvem o Brasil e o mar, salienta que no passado os Estados costeiros sempre conviveram com o que era chamado de mar territorial, com 3 milhas marítimas, sendo que uma milha marítima equivale a 1.852 metros, de largura contando da linha da costa. Medeiros<sup>59</sup> salienta que com o expansionismo das trocas comerciais, algumas vezes através da força e da imposição, o tema da soberania no mar estava na pauta de grandes discussões internacionais. Baseado em questões político-militares, defendia-se a ideia de que a parcela do mar “a ser considerada como uma parte do território projetado na água seria aquela limitada pela distância do tiro de um “canhão padrão” daquela época, devidamente instalado na costa...!” O autor ainda acrescenta que de forma crescente contradições e controvérsias ocorreram, levando assim alguns casos a decisões diplomáticas através de soluções pacíficas das controvérsias, tendo como destaque a arbitragem.

---

<sup>58</sup>MARINHA DO BRASIL. **A nossa última fronteira**. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/nossa\\_ultima\\_frenteira.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm)>. Acesso em: 2 out. 2011.

<sup>59</sup>MEDEIROS, Roberto Carvalho de. O Atlântico Sul e a Amazônia Azul. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 814, p. 29-37, mai/jun/jul/ago. 2009.

Já em um contexto mais atual, e com uma diplomacia mais atuante, houve a necessidade de novas delimitações marítimas. O Capitão de Mar e Guerra, Martins<sup>60</sup> aponta que pelo mar circula em média de 90% do comércio internacional, sendo esta atividade de grande relevância para a expansão e estabilidade econômica dos países. Do mar é extraído grande parte da produção mundial de petróleo e gás, e também é possuidor de diversos recursos minerais, existentes em grande escala em seu solo e subsolo. Já Medeiros<sup>61</sup> aponta que no escopo marítimo, a Organização das Nações Unidas, promoveu uma convenção específica para tratar das questões diplomáticas, políticas, jurídicas dos espaços marítimos, incluindo também as águas superficiais, a massa líquida abaixo da superfície, o solo e o subsolo marinho. Estabelecia-se assim um novo mapa nas relações internacionais, não interessando apenas os Estados costeiros e arquipélagos, mas também outros Estados interiores que não eram tão privilegiados dentro da perspectiva da posição estratégica.

De acordo com a Marinha Brasileira<sup>62</sup>, no final da década de 50 a ONU começou a debater sobre a elaboração do que anos mais tarde viria a ser a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar. A importância dessa Convenção tornou-se evidente depois que os países tomaram consciência de que novos ordenamentos jurídicos sobre o mar eram necessários, pois cada vez mais se descobriam o potencial das riquezas que ali existiam, o que poderia gerar crises futuras. Torres<sup>63</sup> também discorre sobre o tema e afirma que, não se pode deixar de mencionar sobre a regulamentação e definição deste espaço, pois não só no Brasil como em outros países percebeu-se a necessidade de se regulamentar o território marítimo. Baseados nos princípios de justiça, cooperação mútua, manutenção da paz, bem como o desenvolvimento dos Estados, e estando conscientes que os problemas e interesses relacionados ao oceano estavam interligados aos Estados como um todo, em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, na Jamaica,

---

<sup>60</sup>MARTINS, Antônio Carlos Teixeira. Cooperação global e regional na área da segurança: Implicações para uma nova estratégia marítima dos Estados Unidos. **Revista da Escola de Guerra Naval**. p. 24-35. Disponível em: <http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2008/COOPERAÇÃO%20GLOBAL%20E%20REGIONAL%20NA%20ÁREA%20DE%20SEGURANÇA.pdf>. Acesso em: 2 out. 2011.

<sup>61</sup>MEDEIROS, Roberto Carvalho de. O Atlântico Sul e a Amazônia Azul. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 814, p. 29-37, mai/jun/jul/ago. 2009.

<sup>62</sup>MARINHA DO BRASIL. **A nossa última fronteira**. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/nossa\\_ultima\\_frenteira.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm)>. Acesso em: 2 out. 2011.

<sup>63</sup>TORRES, Cf Luiz Carlos; FERREIRA, Cf Hundrsen de Souza. Amazônia Azul: A Fronteira Brasileira no Mar. **Passadiço**, Rio de Janeiro, p.3-3. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/dhn/dhn/amazoniazul.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

aconteceu a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). O Brasil teve participação ativa nas discussões sobre o tema, através de delegação composta por oficiais da Marinha Brasileira e representantes do Itamaraty, como bem afirma a Marinha Brasileira<sup>64</sup>. A CNUDM está em vigor desde 1994 e constitui-se, no maior empreendimento normativo no que tange as Nações Unidas, tendo sua legislação presente sobre todos os espaços marítimos e oceânicos, contando com direitos e deveres dos Estados que possuem o mar como fronteira. A Convenção é ratificada por 156 países, dentre eles o Brasil, sendo que os Estados Unidos não são signatários da CNUDM.

Em tal Convenção foram definidos os limites marítimos onde, consoante Mendes<sup>65</sup> descreve as definições resultantes de tal Convenção:

A Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, reunida na Jamaica em 1982, determinou aos países com interesses em suas áreas costeiras e marinhas o reconhecimento e a apresentação dos recursos nelas contidos. Além disso, estipulou um ordenamento jurídico à questão dos limites marítimos, contados a partir da costa. No caso brasileiro, o Mar Territorial passou a ter 12 milhas, representando área de soberania absoluta do Estado; a Zona Contígua, soberania parcial, e a Zona Econômica Exclusiva -ZEE- (188 milhas, incluindo a zona contígua). A Convenção também admitiu que a Plataforma Continental jurídica possa estender-se além das 200 milhas da ZEE, aumentando a propriedade econômica brasileira em até 350 milhas marítimas e proporcionando ao país uma área equivalente a cerca de 50% de seu valor territorial. A essas áreas somadas, incluindo a ZEE e a Plataforma Continental, a Marinha do Brasil denomina de “Amazônia Azul”.

A Marinha Brasileira<sup>66</sup> também ressalta que os conceitos de Mar Territorial, Zona Contígua e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), da mesma forma que suas dimensões foram incluídas na CNUDM. No Mar Territorial e no espaço aéreo sobrejacente, a soberania é plena ao Estado costeiro. Enquanto que na Zona Contígua e na ZEE não se vê o mesmo. O Estado costeiro não pode negar o chamado “direito de passagem inocente”<sup>67</sup> a navios de outras bandeiras, inclusive

<sup>64</sup>MARINHA DO BRASIL. **O Direito do Mar**. Disponível em:

[http://mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/direito\\_do\\_mar.htm](http://mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/direito_do_mar.htm). Acesso em: 2 out. 2011.

<sup>65</sup>MENDES, Andrea Ribeiro. **A CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS BRASILEIRAS: DO “MAR TERRITORIAL” À “AMAZÔNIA AZUL”**. 2006. 152 f. Tese (Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>66</sup>MARINHA DO BRASIL. **A nossa última fronteira**. Disponível em: <

[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/nossa\\_ultima\\_frenteira.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm)>. Acesso em: 2 out. 2011.

<sup>67</sup>1º A passagem será considerada inocente desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Brasil, devendo ser contínua e rápida.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Casa Civil**. Lei Nº 8.617, de 4 de Janeiro de 1993. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8617.htm)>. Acesso em: 20 out. 2011

navios de guerra. No que tange a exploração e a exploração<sup>68</sup> dos recursos vivos e não vivos do subsolo, do solo e das águas sobrejacentes na ZEE são prerrogativas dos Estados costeiros, podendo autorizar ou não que outros países o façam.

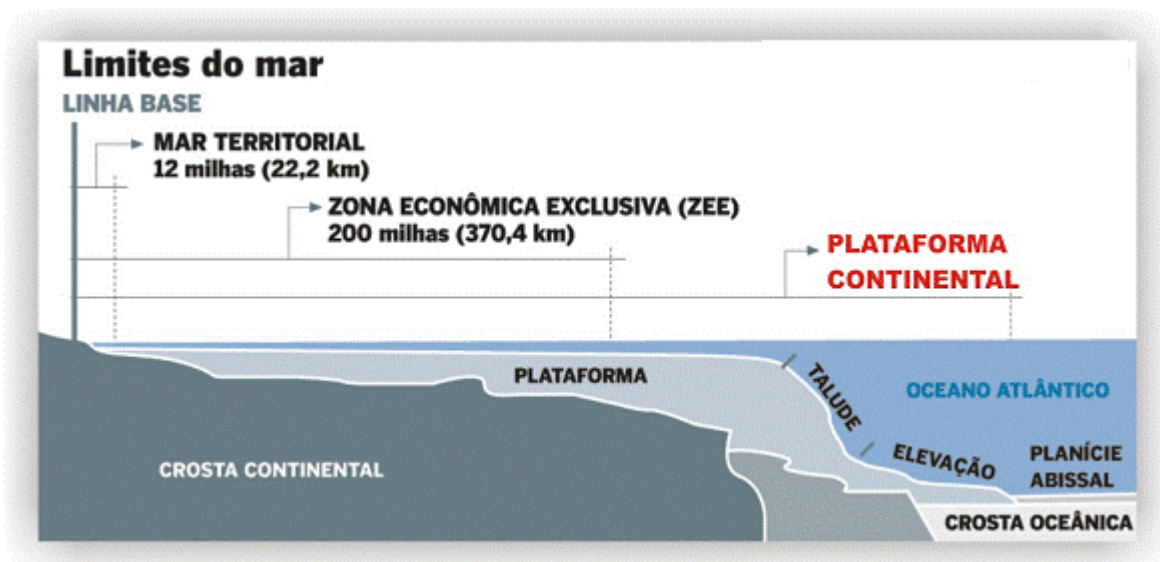


Figura 1 – Limites do Mar  
Fonte: MARINHA DO BRASIL, 2011.<sup>69</sup>

Medeiros<sup>70</sup> ao discorrer sobre o espaço geográfico e marítimo brasileiro caracteriza as seguintes divisões:

- Mar Territorial (MT): é caracterizado pelo espaço marítimo que o Estado costeiro possui “plena soberania sobre a superfície, da massa líquida sob a superfície, do solo e subsolo marinhos”. Sua extensão é baseada em uma faixa de 12 milhas marítimas, tendo como ponto uma linha de base na costa, conhecido por “Linha de Base” ou “Linha de Costa”.

- Zona Econômica Exclusiva (ZEE): é o espaço no mar que o Estado Costeiro possui o direito para explorar e explorar recursos vivos e não-vivos que ali estiverem. Abrange uma faixa de 188 milhas marítimas partindo do seu mar territorial.

- Zona Contígua (ZC): o Estado costeiro tem o direito de inspecionar e fiscalizar, especialmente para fins sanitários e aduaneiros, abrangendo assim, uma faixa com o início na ZEE, com uma largura de 12 milhas marítimas, a partir do limite do MT.

<sup>68</sup> Extrair proveito econômico de área, especialmente quanto aos recursos naturais.

<sup>69</sup> MARINHA DO BRASIL. **A Amazônia Azul** - O patrimônio brasileiro no mar. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/ccsm/temas\\_relevantes/am\\_azul\\_mb.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/temas_relevantes/am_azul_mb.htm)>. Acesso em 10 out. 2011.

<sup>70</sup> MEDEIROS, Roberto Carvalho de. O Atlântico Sul e a Amazônia Azul. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 814, p. 29-37, mai/jun/jul/ago. 2009.

- Plataforma Continental (PC): Trata-se do solo e subsolo inserido no espaço geográfico marinho, existente abaixo das águas jurisdicionais. Existe a possibilidade que esse espaço seja estendido além das águas jurisdicionais, podendo atingir uma distância de 350 milhas marítimas, tendo como ponto de partida a Linha de Base. Porém é necessária a comprovação científica de que “o prolongamento do fundo marinho, adjacente à sua plataforma continental, possua as mesmas características geológicas da PC original, ou seja, que o solo e subsolo marinho adjacente à PC sejam idênticos geologicamente”.

A CNUDM permitiu que Estados costeiros apresentassem à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), os seus pleitos sobre o estabelecimento do limite exterior de suas Plataformas Continentais, além das 200 milhas marítimas, até 350 milhas marítimas como limite máximo, tendo como ponto de partida as linhas da base da costa<sup>71</sup>.

De acordo com dados da Marinha Brasileira, o Brasil está pleiteando junto a CLPC da CNUDM, a extensão dos limites da sua Plataforma Continental além das 200 milhas náuticas. Caso a proposta do Brasil venha a ser aceita, os espaços marítimos da nação poderão atingir aproximadamente a 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, o que significa em média a metade do território terrestre nacional, podendo também ser comparadas a uma nova Amazônia, onde a última fronteira está sendo traçada no mar.

Martins<sup>72</sup> aponta que o Brasil poderá ser o primeiro país a ter sua solicitação, que está em análise pela ONU, como deferida, haja vista que além do Brasil, Austrália e Rússia também solicitaram a tal instituição o aumento de sua extensão territorial marítima. No caso, a Rússia teve seu pedido negado devido a litígios fronteiriços e a Austrália, por sua vez, ainda aguarda a análise de sua proposta. A Marinha Brasileira<sup>73</sup> aponta que caso essa área seja incorporada ao território brasileiro haverá um aumento significativo de recursos naturais no Brasil, porém trará ao mesmo tempo, imensa responsabilidade.

---

<sup>71</sup>MARINHA DO BRASIL. **A nossa última fronteira**. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/nossa\\_ultima\\_frenteira.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm)>. Acesso em: 2 out. 2011.

<sup>72</sup>MARTINS, Eliane Octaviano. **AMAZÔNIA AZUL, PRÉ-SAL, SOBERANIA E JURISDIÇÃO MARÍTIMA**. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/1398/1371>>. Acesso em: 30 maio 2011.

<sup>73</sup>MARINHA DO BRASIL. **Vertentes da Amazônia Azul**. Disponível em: [http://mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/vertentes.htm](http://mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/vertentes.htm). Acesso em: 2 out. 2011.

Na busca pela compreensão pelo o que se conhece por Amazônia Azul, a primeira questão a ser explorada é a origem do significado desse nome. Segundo a Marinha do Brasil<sup>74</sup> origina-se do termo “Amazônia Verde”, onde Martins<sup>75</sup>, citando Roberto de Guimarães Carvalho, explana em seu artigo sobre a Amazônia Azul, esclarecendo que:

Na Amazônia Verde, as fronteiras que o Brasil faz com seus vizinhos são fisicamente demarcáveis e estão sendo efetivamente ocupadas com pelotões de fronteira e obras de infraestrutura. Na Amazônia Azul, entretanto, os limites das nossas águas jurisdicionais são linhas sobre o mar. Elas não existem fisicamente.

O que as definem é a existência de navios patrulhando-as ou realizando ações de presença. Para tal, a Marinha tem que ter meios, e há que se ter em mente que, como dizia Rui Barbosa, Esquadras não se improvisam.

Medeiros<sup>76</sup> ao discorrer sobre a Amazônia Azul aponta que:

A Amazônia Azul, somando as águas jurisdicionais e a plataforma continental, inclusive sua parcela projetada para além dessas águas em determinadas regiões da costa brasileira, até a distância legal de 350 milhas marítimas, totaliza o valor aproximado de 4,4 milhões de km<sup>2</sup>. Em outras palavras significa mais do que o território continental do País projetado sob o Oceano Atlântico.

---

<sup>74</sup>MARINHA DO BRASIL. **Amazônia Azul**. Disponível em:

[http://mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/amazonia\\_azul.htm](http://mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/amazonia_azul.htm) Acesso em: 2 out. 2011.

<sup>75</sup>MARTINS, Eliane Octaviano. **AMAZÔNIA AZUL, PRÉ-SAL, SOBERANIA E JURISDIÇÃO MARÍTIMA**. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/1398/1371>>. Acesso em: 30 maio 2011.

<sup>76</sup>MEDEIROS, Roberto Carvalho de. O Atlântico Sul e a Amazônia Azul. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 814, p. 29-37, mai/jun/jul/ago. 2009.

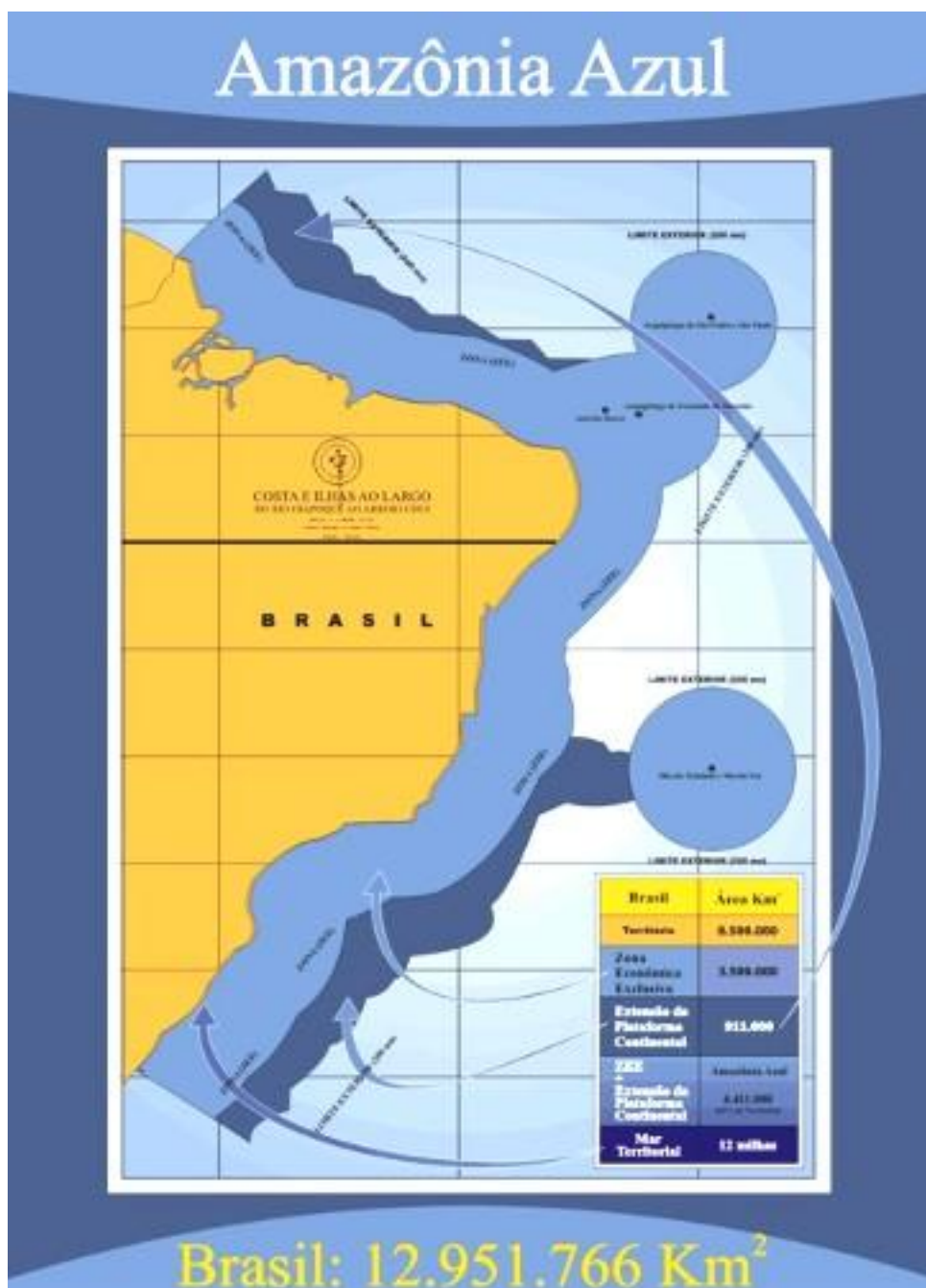


Figura 2 – Amazônia Azul.

Fonte: Geopolítica do Petróleo, 2011.<sup>77</sup>

Abreu<sup>78</sup> analisa que na Amazônia Verde, é visível a predominância do Exército e da Aeronáutica, onde a presença da Marinha é menos relevante. Já no que se trata da Amazônia Azul, por se localizar em águas jurisdicionais brasileiras e

<sup>77</sup>GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO. Geopolítica do Atlântico Sul: ZEE do Brasil- Amazônia Azul. Disponível em: < <http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/geopolitica-do-atlantico-sul/zee-do-brasil-amazonia-azul/>>. Acesso em: 27 out 2011.

<sup>78</sup>ABREU, Guilherme Mattos de. A Amazônia Azul: O mar que nos pertence. **Diário do Pré-sal**. Disponível em: < <http://diariodopresal.wordpress.com/2010/02/01/a-amazonia-azul-o-mar-que-nos-pertence/>> Acesso em: 12 Out. 2011.





a cinco mil metros abaixo do leito do mar, após uma vasta camada de sal que pode atingir a 2 km de espessura.

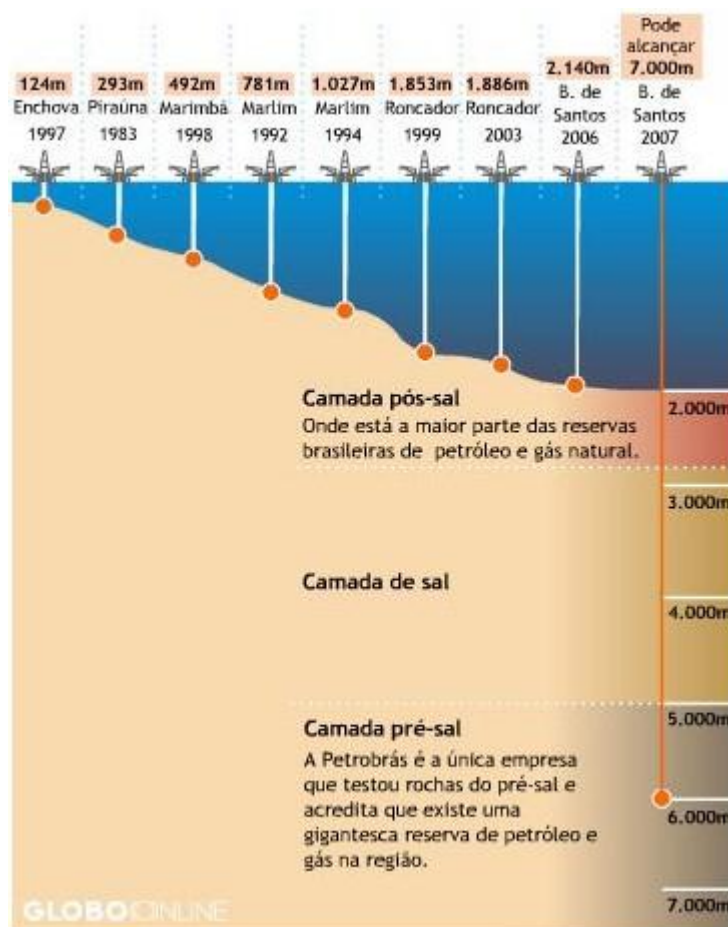


Figura 4 – Camada Pré-sal  
Fonte: O Globo online, 2011.<sup>80</sup>

Algumas estimativas apontam reservas de até 50 bilhões de barris de óleo, que além de serem mais leves tem maior valor comercial, possibilitando ao Brasil chegar no restrito grupo dos dez maiores produtores de óleo do mundo. O petróleo na camada do pré-sal não é algo recente. Na década de 1980 a PETROBRAS descobriu óleo além desta camada nas Bacias de Campos. Porém naquela época a tecnologia para exploração não era tão eficaz quanto hoje. Com o avanço tecnológico e tentativas de exploração na Bacia de Campos, cada vez mais a profundidade era testada, por conta disso aconteceram as recentes descobertas na camada pré-sal. Desde 2005, quinze poços foram perfurados, com o objetivo de ultrapassar esta camada nas bacias de Campos e de Santos. Desses quinze poços,

<sup>80</sup>O GLOBO ONLINE. **Petrobras descobre óleo leve em camada pré-sal da Bacia de Santos.** Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/12/20/327710825.asp>. Acesso em : 27 out. 2011.

nove já foram testados, indicando a presença de óleo leve de alta qualidade e valor comercial.<sup>81</sup>

Segundo Simões<sup>82</sup>, a Petrobras foi a empresa que começou a extração em alto-mar, sendo que em 1968, foi descoberto óleo no litoral de Sergipe e em 1974, seria descoberto petróleo na Bacia de Campos, no campo de Garoupa. A difícil tarefa de retirar o óleo do mar fez com que a Petrobras se tornasse uma das maiores especialistas do mundo em extração em águas profundas. O início se deu com a retirada de petróleo de pequenas profundidades, como os 124 metros no campo de Anchova. Atualmente a empresa tem tecnologia para explorar óleo à profundidade de 1.886 metros de lâmina d'água no campo de Roncador. Em um contexto mais atual, em 2006, o Brasil atingiu a auto-suficiência em petróleo, contando com uma produção de mais de 1,8 milhões de barris.

Bandeira<sup>83</sup> avalia que as reservas de petróleo descobertas na camada pré-sal ao longo da costa que vai do Espírito Santo até Santa Catarina, fizeram com que o Brasil fosse inserido no mapa geopolítico do petróleo. O Autor também ressalta o que possivelmente levou o presidente George W. Bush a reativar a IV Frota para o Atlântico Sul. O pretexto desta reativação era que seria para “combater o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o terrorismo e a pirataria que ameaça o fluxo do livre comércio nos mares do Caribe e da América do Sul”, entretanto, o chefe de “*Operaciones Navaís*” Gary Roughead, anunciou que a decisão de restabelecer a IV Frota era em virtude da extrema importância da “segurança marítima no sul do hemisfério”. Bandeira destaca que:

Este aspecto econômico-comercial certamente também pesou na decisão americana de reativar a IV Frota no Atlântico-Sul, com as perspectiva de que a região se torne um dos grandes centros produtores de petróleo, em virtude das recentes descobertas de jazidas, na camada pré-sal no litoral de São Paulo e que provavelmente se estendem por todo o sul até o litoral da Argentina. E o envolvimento do Brasil, que mais e mais se projeta como potência econômica e política será inevitável. É o maior exportador mundial de alimentos, brevemente tornar-se-á um dos maiores exportadores de petróleo e possui grande parte do Aquífero Guarani, como das águas do Amazonas e da biodiversidade existente na região. Em tais circunstâncias, o Brasil não pode deixar de reequipar e modernizar suas Forças Armadas, particularmente a Marinha de Guerra, com a construção do submarino nuclear, e adquirir mais e mais autonomia e auto-suficiência na produção de

<sup>81</sup>PRÉ-SAL. **O que é pré-sal.** Disponível em: < [http://pre-sal.info/index.php?option=com\\_content&view=article&id=127&Itemid=99](http://pre-sal.info/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=99) > Acesso em: 20 out. 2011.

<sup>82</sup>SIMÕES, Antonio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. **Política Externa.** São Paulo, v.15, n.3, p. 21-30, dez/jan/fev 2006-2007.

<sup>83</sup>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A importância geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. In: \_\_\_\_ **Geopolítica e Política Exterior:** Estados Unidos, Brasil e América do Sul. 2º ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 43-77.

material bélico, condição essencial para alcançar o *status* de grande potência, integrando toda a América do Sul. Também não se pode descartar a hipótese de guerra com uma potência tecnologicamente superior ou de envolvimento do Brasil em conflito que atinja suas fronteiras e, por conseguinte, afete a sua segurança nacional, como na Bolívia, envolvendo a Venezuela. E um Estado, que necessita importar continuamente armamentos e munições, e navios para o transporte, não tem condições de enfrentar um eventual conflito armado com outro Estado. Uma Segunda Guerra Fria, em torno de energia e de recursos naturais, foi deflagrada e envolve a América do Sul, onde a penetração dos Estados Unidos sempre constituiu um fator de estabilidade e inquietação.

Battaglino<sup>84</sup> destaca que os Estados Unidos explicaram a ativação da IV Frota como forma de “demonstrar o compromisso com seus sócios regionais, melhorar a efetividade das missões marítimas que permitem promover e fortalecer a construção de coalizões, fomentar relações com outras nações e dissuadir agressões”. O Autor ressalta que para os países da América do Sul, a reativação da Frota conta com objetivos não declarados. O presidente do Brasil na época do ocorrido, Luiz Inácio Lula da Silva, colocou em questão a necessidade que a Frota fosse reativada e também apontou o descobrimento de petróleo no Brasil como uma possível causa. Battaglino ressalva que todos os governos da região mostraram sua preocupação no que tange a mobilização da Frota.

## 2.3 FORÇAS ARMADAS

O presente capítulo refere-se às Forças Armadas Brasileiras, com o foco para a Marinha Brasileira, visto que a mesma é a maior responsável pela proteção do território da Amazônia Azul e consequentemente responsável pela consolidação da soberania nacional através das vias marítimas. É feita a análise do Ministério da Defesa, da mesma forma que o histórico de sua criação no governo Fernando Henrique Cardoso e o porquê as três Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha) formaram o atual Ministério da Defesa. Também será analisada a Estratégia Nacional de Defesa e de que forma que a mesma atua no que tange ao assunto principal e motivador da pesquisa que é a Amazônia Azul.

---

<sup>84</sup>BATTAGLINO, Jorge. A reativação da IV Frota e o novo paradigma de controle global dos Estados Unidos. **Política Externa**. São Paulo, v. 17, n. 4, p. 31-45, mar/abr/maí. 2009.

Como bem afirma Vidigal<sup>85</sup>, “O Brasil é um país pacífico. Não ameaça ninguém e nem é ameaçado”. Durante muitos anos, essa história foi dita e repetida, fazendo com que muitos acreditassem nesta assertiva. A história colaborou para isso. “Só que não reconhecíamos o óbvio: o que nos deixava a salvo de ataques não era a nossa simpatia, mas sim a nossa absoluta desimportância dentro do contexto político-estratégico internacional”. Porém tudo isso mudou. A crise financeira internacional que redesenha o capitalismo é certamente a menor de todas as crises que prenunciam nesse início do século XXI, sendo que todas as crises, “a solução passa pelo Brasil”. A crise de energia é a primeira delas. O Brasil que até pouco tempo atrás era grande importador de petróleo, hoje recebe destaque mundial “pelas suas imensas reservas recém-descobertas do pré-sal”. A sequência das crises abrangem a crise da água, dos alimentos e a do meio ambiente. E o Brasil, por estar diretamente ligado a todas essas questões, encontra-se no foco das atenções.

Segundo Bandeira<sup>86</sup>, três fatores são essenciais para que um país torne-se potência:

Extensão territorial, poder econômico e poder militar são três fatores que devem ser considerados para qualificar um país como potência e compreender sua posição na hierarquia entre Estados. Estes são os fatores que permitem a um Estado atuar independentemente e influir sobre os outros Estados e, portanto, determinar em que condições ele se expressa como potência regional internacional. Um Estado, que dispõe de potencial econômico, força militar e extensão territorial (assumindo, por suposto, que sua população seja correspondente ao espaço que ocupa), pode tornar-se hegemônico, o líder e o guia de um sistema de alianças e acordos de variado alcance.

De acordo com Medeiros<sup>87</sup>, O Brasil é a nação costeira sul-americana mais importante. Essa afirmação tem como base estudos estratégicos, havendo um destaque para a vontade e a capacidade de empregar seu poder. Duas formas de análise são ressaltadas: *hard power*<sup>88</sup> e *soft power*<sup>89</sup>, ambas submissas ao conceito de soberania.

<sup>85</sup>VIDIGAL, Armando. Preparados para o que der e vier. **A Defesa Nacional**: Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro, n. 813, p. 3, jan/fev/mar/abr. 2009.

<sup>86</sup>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. In: \_\_\_\_ **Geopolítica e Política Exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. 2ª edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 77-100.

<sup>87</sup>MEDEIROS, Roberto Carvalho de. O Atlântico Sul e a Amazônia Azul. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 814, p. 29-37, mai/jun/jul/ago. 2009.

<sup>88</sup>Segundo Medeiros *hard power* é a capacidade do Estado em demonstrar sua vontade pelo conjunto de fatores geoestratégicos. Entre estes, destacam-se sua extensão geográfica, a posição estratégica do seu território e das suas fronteiras, o tamanho e a distribuição da população, o volume e diversidade conhecida das suas riquezas naturais (água, biodiversidade, minério, hidrocarbonetos etc.) seu parque industrial e, por fim, sua capacidade de defesa (estrutura militar).

Vidigal<sup>90</sup> assegura que “O poder militar não é um luxo, mas uma necessidade. Se vamos utilizá-lo ou não, pouco importa. Mas só poderemos verdadeiramente descansar quando tivermos certeza de que, se preciso for, estaremos preparados...”.

Consoante Cortês<sup>91</sup>, no que tange à Defesa Nacional, pode-se se ter como definição de que é “o conjunto de políticas e estratégias, baseadas precipuamente nas Expressões Militar e Diplomática do Poder Nacional”, que tem por objetivo neutralizar quaisquer possíveis ameaças ou ataques, tanto em âmbito interno quanto externo, à Segurança Nacional, como também contribuir para o Desenvolvimento Nacional. O Autor também discorre sobre a importância da cooperação das Forças Armadas e do serviço Diplomático. Partindo do princípio tradicional do Brasil de sempre procurar a solução pacífica para controvérsias internacionais, essa cooperação entre Defesa e Itamaraty assegura uma maior credibilidade à conduta brasileira no campo externo. Penteado<sup>92</sup> ao discorrer sobre o tema em análise, saliente que “o certo é que a diplomacia, por si só, não será capaz de conter qualquer tentativa de se retirar do Brasil seus recursos ou de impedir a sua utilização por parte de alguma potência estrangeira”. O Autor, ao citar Henry Kissinger também avalia que “as ações diplomáticas sem o respaldo de força militar são apenas exercícios de lirismo”.

Silva<sup>93</sup> ao analisar a Política de Defesa Nacional e o Brasil no contexto internacional ressalta que:

O Brasil propugna uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares e na busca da paz entre as nações. Nessa direção, defende a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do Direito Internacional. No entanto, não é prudente conceber um país sem capacidade de defesa compatível com sua estatura e aspirações políticas.”

---

<sup>89</sup>Medeiros discorre que soft power reúne um mecanismo mais voltado para o convencimento e conhecimento com vistas a demonstrar sua vontade, tanto por meio de sua capacidade científica e tecnológica quanto pela sua cultura e ideologia.

<sup>90</sup>VIDIGAL, Armando. Preparados para o que der e vier. **A Defesa Nacional**: Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro, n. 813, p. 3, jan/fev/mar/abr. 2009.

<sup>91</sup>CORTÊS, Marcos Henrique C. A Defesa Nacional diante dos Pós-Modernismo Militar. **A Defesa Nacional**: Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro, n. 792, p. 4-32, jan/fev/mar/abr 2002.

<sup>92</sup>PENTEADO, Carlos José Russo Assumpção. Será só a Diplomacia o melhor instrumento da política externa do Brasil na atualidade? Uma visão crítica. **A Defesa Nacional**: Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro, n. 796, p. 28-35, mai/jun/jul/ago 2003.

<sup>93</sup>SILVA, Carlos Alberto Pinto. A estatura político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional: ideias para o planejamento estratégico. **A Defesa Nacional**: Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro, n. 810, p. 79-89, jan/fev/mar/abr 2008.

Consoante Silva é essencial que a Defesa Nacional esteja compatível com a estatura político-estratégica para que a soberania e os interesses nacionais sejam preservados.

Jaguaribe<sup>94</sup> ao discorrer sobre uma nova política de defesa nacional analisa que se trata de um tema extremamente complexo. O autor defende a ideia de que “a defesa nacional de um país deve exprimir o resultado do equacionamento de uma realista estimativa de seus riscos externos com os recursos de que efetivamente disponha para confrontá-los”. A equação em análise mostra-se um tanto quanto difícil se considerado o exemplo de um país como o Brasil, avaliando seu nível de desenvolvimento econômico, suas extensas dimensões territoriais e populacionais, suas características tanto nacionais quanto internacionais, os riscos que o país está exposto a médio e longo prazos.

Consoante o Autor, o atual sistema brasileiro de defesa nacional é classificado como insuficiente, quando comparado com os sistemas de defesa nacional de países que apresentam menores índices do PIB e expressivamente inferiores aos do Brasil, como, por exemplo, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã entre outros. O autor salienta que embora haja uma significativa elevação do nível brasileiro de defesa nacional, a curto e médio prazo, encontra dupla dificuldade. A grande escassez de recursos disponíveis, tanto no presente quadro orçamentário como nas previsões para os próximos anos, tornam inviável a probabilidade de o Brasil contar com um sistema de defesa nacional minimamente correspondente a suas necessidades. Por outro lado, se forem analisados os riscos externos originários de outras potências, o país não conta, a curto e médio prazo com condições econômico-tecnológicas para enfrentá-los. Se for levado em consideração riscos ligados à ameaças ou agressões dos Estados Unidos, as probabilidades brasileiras, com seus próprios recursos, tornam-se nulas.

---

<sup>94</sup> JAGUARIBE, Helio. Para uma nova Política de Defesa Nacional (2000). In: \_\_\_\_ **Brasil, Mundo e Homem na Atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. c. 8.

### 2.3.1 Ministério da Defesa

A criação do Ministério da Defesa tinha como objetivo gerenciar os Negócios da Defesa Nacional. O incorporamento das Forças Armadas foi uma das ações do mesmo, contando com a extinção de cada Ministério singularmente. O projeto era antigo, durante várias discussões sua possível criação foi abordada, porém sempre era postergado. Seguindo as Constituições vigentes as Forças Armadas sempre serviram à Nação para garantir a soberania, a lei e a ordem. Após a criação do Ministério da Defesa, as três Forças Armadas, agora em uma única estrutura administrativa designaram para o Ministério os melhores de seus quadros e cooperaram de forma conjunta para a que a nova estrutura seja consolidada. Embora a boa vontade para cooperar seja grande, existe um distanciamento entre o meio político e os negócios da Defesa. Podendo até mesmo comprometer a forma de se gerenciar, retardar a integração administrativa, e até mesmo logística, ocasionando muitas perdas. Existe um anseio para que o Ministério se consolide o quanto antes, juntamente com uma política de Defesa duradoura.<sup>95</sup>

Zaverucha<sup>96</sup> ao discorrer sobre a criação do Ministério da Defesa aponta que a criação de tal Ministério se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso. O então Presidente da República da época encarregou o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), para que elaborasse o novo Ministério da Defesa. A ideia para criação desse novo Ministério deveria ter “uma percepção militar, embora fosse criado com instância de poder civil”. Destarte o projeto não contou com grandes avanços durante os quatro primeiros anos do governo de FHC. Porém, com os anúncios dos Estados Unidos que “a Argentina seria seu sócio militar extra Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)” e a declaração em 1997 do Presidente da Argentina, Carlos Menem, de que o Brasil não deveria ser fixo no Conselho de Segurança da ONU, e sim existir uma rotatividade dos países da América Latina, fez com que o tema da criação desse novo Ministério voltasse ao centro das atenções. No dia 24 de agosto de 1997, em Assunção, na reunião do

---

<sup>95</sup>A DEFESA NACIONAL: Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro: Bibliex: Biblioteca do Exército Editora, 2007.

<sup>96</sup>ZAVERUCHA, Jorge. A fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 107-121, nov. 2005. Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31114.pdf>>. Acesso em : 10 out. 2011.



Grupo Rio<sup>97</sup>, FHC anunciou a criação do Ministério da Defesa. O autor destaca sobre evidente manobra política para contribuir com a candidatura brasileira a um assento no Conselho de Segurança da ONU, visto que seria difícil esclarecer ao mundo o fato de um país aspirar essa vaga, tendo quatro Ministros Militares respondendo pela Defesa do país e tomando decisões relativas à segurança internacional. Ao comentar sobre a criação do ministério, Rebelo<sup>98</sup> citado por Oliveira, discorre que:

Em países como o Brasil, sob pressão de forças externas poderosíssimas, as Forças Armadas tendem a cumprir papel importante na defesa da soberania nacional. (...) O Brasil tem um imenso território e caminha para se transformar numa grande nação, que ocupará o seu lugar não apenas no nosso hemisfério como no mundo. E precisará, para tanto, que o comando das Forças Armadas tenha prerrogativas e direitos não para intervir indevidamente na vida política e social do país, mas que se constituam status político que lhes dê condições de influenciar nas decisões fundamentais em relação à segurança e à defesa da soberania da nossa pátria. (O Ministério da Defesa e as atribuições dos comandantes militares estariam incorporando experiências de outros países. Que as Forças Armadas) sejam preservadas, dotados os seus comandos da capacidade de orientar a Política de Defesa Nacional.

Oliveira<sup>99</sup> ao relatar sobre a criação do Ministério da Defesa, cita a Medida Provisória 1.799-6/99 estabelecendo como funções:

- Política de Defesa Nacional;
- Política e estratégia militares;
- Doutrina e planejamento de emprego das Forças Armadas;
- Projetos especiais de interesse da Defesa Nacional;
- Inteligência estratégica e operacional no interesse da Defesa;
- Operações militares das Forças Armadas;
- Relacionamento internacional das Forças Armadas;

---

<sup>97</sup>O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) foi criado em dezembro de 1986, como consequência do bem sucedido trabalho político e diplomático dos Grupos de Contadora (México, Colômbia, Venezuela, Panamá) e de Apoio (Argentina, Brasil, Peru, Uruguai), em favor da paz na América Central. Ao longo da sua história, o Grupo Rio firmou-se como mecanismo regional de diálogo e concertação política e interlocutor representativo da América Latina e do Caribe junto a outros países. Conta, hoje com 24 países membros. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **América do Sul. Grupo Rio**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.5-america-do-sul-grupo-do-sul>. Acesso em: 28 out. 2011.

<sup>98</sup>OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A criação do Ministério da Defesa. In: \_\_\_\_ **Democracia e Defesa Nacional**: A criação do ministério da Defesa na Presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005. p. 182-188.

<sup>99</sup>OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A criação do Ministério da Defesa. In: \_\_\_\_ **Democracia e Defesa Nacional**: A criação do ministério da Defesa na Presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005. p. 182-188.

- Orçamento da Defesa;
- Legislação militar;
- Política de mobilização nacional;
- Política de ciência e tecnologia nas Forças Armadas;
- Política de comunicação social nas Forças Armadas;
- Política de remuneração dos militares e pensionistas;
- Fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento e de produção e exportação em áreas de interesse da defesa;
- Atuação das Forças Armadas na preservação da ordem pública, no combate a delitos transfronteiriços ou ambientais, na defesa civil e no desenvolvimento nacional;
- Logística militar;
- Serviço militar;
- Assistência à saúde, social e religiosa das Forças Armadas;
- Constituição, organização, efetivos, adestramento e aprestamento das forças navais, terrestres e aéreas;
- Política marítima nacional;
- Segurança da navegação aérea e do tráfego e do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar;
- Política aeronáutica nacional e atuação na política de desenvolvimento das atividades aeroespaciais;
- Infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária.

### 2.3.2 Estratégia Nacional de Defesa

Haja vista a necessidade de proteção do território brasileiro, assim como defesa da soberania, foi criado através do decreto número 6.703<sup>100</sup>, de 18 de dezembro de 2008, no governo Lula, a Estratégia Nacional de Defesa<sup>101</sup>. Essa

---

<sup>100</sup>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Casa Civil**. Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)> Acesso em: 27 out. 2011.

<sup>101</sup>MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**: Paz e Segurança para o Brasil. Disponível em: <

Estratégia tem como uma de suas justificativas, como o próprio plano argumenta que: “O Brasil desfruta, a partir de sua estabilidade política e econômica, uma posição de destaque no contexto internacional, o que exige nova postura no campo da Defesa, a ser consolidada através do envolvimento do povo brasileiro”.

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica de conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

País em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre os outros povos. Quer que o Brasil engrandeça sem imperar.

O foco do plano<sup>102</sup> é relacionado a ações estratégicas de médio e longo prazo e tem como objetivo modernizar a estrutura nacional de defesa, tendo sua atuação presente em três eixos: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas. A Estratégia contará com o complemento de planos para a paz e para a guerra, concebidos para fazer a frente a diferentes proposições de emprego. O Ex. Ministro de Estado da Defesa Nelson Jobim e o então Ministro de Estado Chefe Roberto Mangabeira Unger ao apresentarem o plano, salientaram que o fato das questões de defesa terem sido colocadas na agenda nacional e a formulação de um planejamento de longo prazo para a defesa no país, é um fato inédito no Brasil.

A Estratégia Nacional de Defesa está diretamente ligada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento.<sup>103</sup>

Salientam-se as análises de hipóteses de emprego das Forças Armadas, para proteção do espaço aéreo, do território e as águas jurisdicionais brasileiras. Através dessas hipóteses é possível que se tenha um foco mais preciso quanto às diretrizes

---

[http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf) . Acesso em: 17 out. 2011.

<sup>102</sup> Plano será usado pela Autora como o Plano Estratégico de Defesa Nacional.

<sup>103</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa: Paz e Segurança para o Brasil.**

Disponível em: <

[http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf) . Acesso em: 17 out. 2011.

estratégicas. Já no que tange aos compromissos do Brasil provenientes da Constituição Federal e pelo fato do país ser signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares reitera o comprometimento do mesmo relacionado ao uso pacífico da energia nuclear. Todavia, faz-se necessário a estratégia de desenvolvimento e domínio dessa tecnologia. Ao assumir o Ministério da Defesa, o ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim<sup>104</sup> defendeu que:

Um país pacífico como o Brasil não pode ser confundido com país desarmado e indefeso.

Vivemos em paz com os nossos vizinhos. Mas o Brasil é detentor de enormes riquezas e possuidor de infraestruturas de grandes dimensões.

Cabe ao Estado brasileiro resguardar extensas fronteiras terrestres e marítimas.

Além da indispensável defesa da população, devemos proteger nossos recursos naturais, a começar pelas riquezas contidas na Amazônia e nas águas jurisdicionais brasileiras.

As descobertas de significativas reservas de petróleo, sobretudo na camada pré-sal, reforçam essa necessidade.

Dentre as grandes preocupações da defesa, salientam-se as concentradas no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul. Amorim<sup>105</sup>, em seu discurso de posse do Ministério da Defesa reiterou que juntamente com o Itamaraty, é necessário fortalecer a zona de paz e cooperação do Atlântico Sul. É de extrema importância que o Atlântico Sul se consagre em “uma área livre de armas de destruição em massa, em particular de armas nucleares”.

Ainda no que diz respeito ao Atlântico Sul, o plano aponta as prioridades e funções da Marinha do Brasil:

A prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes dos atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil. Essa prioridade tem implicações para reconfiguração das forças navais.

Ao garantir seu poder para negar o uso do mar ao inimigo, precisa o Brasil manter a capacidade focada de projeções de poder e criar condições para controlar, no grau necessário à defesa e dentro dos limites do direito internacional, as áreas marítimas e águas interiores de importância político-estratégica, econômica e militar, e também as suas linhas de comunicação marítimas. A despeito desta consideração, a projeção de poder se subordina, hierarquicamente, à negação do uso do mar.

<sup>104</sup>MINISTÉRIO DA DEFESA. **Íntegra do Discurso do ministro Celso Amorim ao tomar posse como ministro da Defesa.** Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2454519-08082011-defesa-integra-do-discurso-do-ministro-celso-amorim-ao-tomar-posse-como-ministro-da-defesa.html>>. Acesso em: 17 out. 2011.

A Estratégia assegura que a negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder devem ter por foco, sem hierarquização de objetivos e de acordo com as circunstâncias:

- a) defesa pró-ativa de plataformas petrolíferas;
- b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;
- c) prontidão para responder à qualquer ameaça, por Estado ou por forças não-convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio;
- d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região;

Ainda é ressaltado no plano que para que seja possível o controle de águas marítimas o foco serão as áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil. Das áreas litorâneas que merecem atenção especial, duas continuarão merecendo destaque, visto a necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil, sendo então, a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas. Também no que tange a Marinha do Brasil, destaca-se alguns investimentos e fabricações por parte da mesma:

Para assegurar o objetivo de negação do uso do mar, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear. Acelerará os investimentos e as parcerias necessários para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear. Armará os submarinos, convencionais e nucleares com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los. Cuidará de ganhar autonomia nas tecnologias cibernéticas que guiam os submarinos e seus sistemas de armas, e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas.

A Estratégia aponta que não se pode caracterizar ameaças militares concretas e definidas, através de forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não estatais. Decorrente da incerteza das ameaças ao Estado, a preparação das Forças Armadas deve ser norteado para agir no cumprimento de variadas missões, em distintas áreas e cenários, para respaldar a ação política do Estado.

Consoante Grove, mencionado por Almeida Silva<sup>106</sup> em seu artigo, o Poder Naval tem várias aplicações, dentre elas recebe destaque sua aplicação nas tarefas militares, relacionadas com a guerra, nas questões relacionadas a diplomacia, e nos serviços relacionados ao cumprimento da lei e regulamentos no mar. Como bem afirma o Autor, ainda que as marinhas tenham como objetivo principal sua preparação para a guerra, elas se deparam com sua maior serventia nos momentos de paz, como elemento de dissuasão, em apoio à política externa e também vigiando se as leis e os regulamentos do mar estão sendo cumpridos. O Autor cita a CNUDM para salientar que em alguns dos artigos, é estabelecido que “os navios de guerra estão autorizados a realizar, inclusive no alto-mar, apresamento, direito de visita e de perseguição contra embarcações realizando atividades ilícitas”.

O Autor ressalta a liderança da Marinha no mar, tanto em conjunturas nacionais quanto internacionais, para que a mesma possa coordenar, com outros órgãos para a atuação no que tange à segurança marítima. É de grande valia a postura que a Marinha tem defendido quanto sua participação na proteção da área marítima sob jurisdição nacional compreendida por Amazônia Azul. Controlar essa imensa área no mar é um grande desafio. O desafio em questão como bem aponta o Autor, cresce à medida que atividades econômicas no mar relacionadas à exploração de recursos vivos e não-vivos vem sendo aprimoradas, e como exemplo cita-se o caso do petróleo na plataforma continental brasileira. Embora existam dificuldades, é essencial que se tenha um controle do tráfego marítimo e que se conte com a presença naval nas águas jurisdicionais para que a lei e os regulamentos do mar sejam fiscalizados e cumpridos. Almeida Silva ao citar Grove, aponta que o primeiro passo é para a contribuição da segurança nas águas jurisdicionais, já o segundo passo é para que seja garantida a presença do Estado em um espaço onde as fronteiras não são visíveis, contribuindo assim, para legitimar a jurisdição nacional. Deste modo, a Marinha estaria certificando sua presença na ZEE e águas adjacentes, cooperando para reforçar a ideia de que a Amazônia Azul é um patrimônio nacional, instigando assim, “o sentimento brasileiro de posse dos espaços marítimos sobre os quais o país tem direitos de jurisdição”.

---

<sup>106</sup> ALMEIDA SILVA, A. R. As novas ameaças e a Marinha do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, n.7, p. 32-42, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/05-novasAmeacas.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2011.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia foi motivada após aulas de Geopolítica e Política Internacional onde questões relacionadas à guerra por recursos, essencialmente o petróleo, sempre tiveram grande relevância. Baseado nos estudos dessa disciplina a graduanda participou de um evento realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), onde o tema do evento tratava sobre Estratégias para a Segurança e o Desenvolvimento do Brasil. Nesse evento ficou evidente a preocupação e a necessidade de Defesa do Brasil pelos seus responsáveis. A relevância da Amazônia Azul e a sua proteção, visto o petróleo existente na camada pré-sal motivaram grandes debates entre o Ministério da Defesa e o Itamaraty.

O tema dessa monografia proporcionou um imenso desafio, pois além de a graduanda nunca ter estudado a fundo todo o contexto que foi analisado, a questão em análise é bastante recente onde números, indicadores e projeções futuras ainda não podem ser comprovados, o que dificulta muito o desenvolvimento de um trabalho. Vários autores usam diferentes pontos de vista e perspectivas distintas. De qualquer forma o conhecimento obtido no decorrer de toda a pesquisa motivava cada dia mais a entender um contexto tão complexo desde sua história até os dias atuais.

O petróleo é um bem natural que conta com grandes contrastes. Ao mesmo tempo em que se vê a riqueza imensurável que ele pode trazer, nota-se a existência de grandes disputas a seu redor, caracterizando o fato de lhe ter sido atribuído dois significados tão distintos que mostram o que ele pode representar: ora era chamado de ouro negro, pela fortuna que representava, ora caracterizavam os conflitos por maldição do petróleo, baseado nos litígios que aconteciam em seu nome. Não se pode deixar de salientar que embora a busca por energias renováveis torne-se cada vez maior nos dias de hoje, o petróleo continua sendo a principal fonte de energia do mundo. Em um contexto histórico os Choques do Petróleo mostraram como esse hidrocarboneto se apresentou instável para o mundo todo, pois a oscilação de preços era controlada por interesses de países ou de grupos produtores, que estavam diretamente relacionados a algum Estado. Já na Guerra do Golfo, muitos países mudaram seu posicionamento, soberanias que em algum momento eram

aliados passaram a ser inimigos, e os inimigos passaram a ser aliados, isso tudo justificado pelo grande jogo de interesses que se nota nesse contexto tão turbulento e tão sem critérios nem leis para reger esse controle.

O Brasil aparece em um contexto que economicamente apresenta-se estável, e é possuidor de grandes requisitos para evoluir da postura de uma potência regional, podendo se consagrar uma grande potência mundial e isso faz com que vários países voltem seus olhos para quem antes era apenas mais um ator no cenário internacional e agora conta com imensurável relevância nessa conjuntura. As descobertas do pré-sal na região da Amazônia Azul apresentaram mais um motivo para que os outros países notassem a presença do Brasil e mais um fator para que o país possa usufruir desse bem no seu território para seu desenvolvimento. Porém, o Brasil precisa respeitar e agir de acordo com normas internacionais, como por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que o Brasil é signatário.

No que tange a proteção territorial brasileira, o Brasil conta com Forças Armadas despreparadas e material obsoleto, o que levou o governo juntamente com o Ministério da Defesa a criar a Estratégia Nacional de Defesa, para poder reestruturar e reorganizar as Forças Armadas. Não é característico do Brasil usar a força para fazer valer sua posição, a questão é que o Brasil precisa de Forças Armadas preparadas para amparar os meios diplomáticos, ou seja, a força não necessita ser usada, porém ela poderá dar maior respaldo aos meios pacíficos de resolução de controvérsias. Em última hipótese, caso a diplomacia não se faça valer, as Forças Armadas poderão ser acionadas, pois haverá a quem recorrer. A própria criação do Ministério da Defesa, teve objetivos claros de que o Brasil precisava contar com Forças Armadas organizadas, visto que nenhum país no mundo pode ter ambições de um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, sem contar com o respaldo de força militar.

Cabe ao Brasil, saber explorar de maneira consciente as descobertas de petróleo no território da grandiosa Amazônia Azul, e proteger esse bem natural tão valioso, para que isso possa ser usado de forma a contribuir com o crescimento do país. A presença da Marinha Brasileira será de grande valia no que tange ao controle e proteção das águas jurisdicionais brasileiras. Pois estará apenas monitorando o que é de direito do Brasil, e para que dessa forma, não seja necessário que mais uma vez histórias relacionadas a ambição por petróleo tornem-



se o principal motivador de guerras, e apenas assegurar ao Brasil o seu direito de soberania.

## REFERÊNCIAS

A DEFESA NACIONAL: Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro: Bibliex: Biblioteca do Exército Editora, 2007.

ABREU, Guilherme Mattos de. A Amazônia Azul: O mar que nos pertence. **Diário do Pré-sal**. Disponível em: < <http://diariodopresal.wordpress.com/2010/02/01/amazonia-azul-o-mar-que-nos-pertence/>> Acesso em: 12 Out. 2011.

ADDA, Jaques. A aprendizagem da interdependência: Os choques do petróleo e conversão das políticas econômicas. In:\_\_\_\_**Os Problemas na Globalização da Economia**. Barueri: Manole, 2004 cap. 4, p. 69-71.

AGÊNCIA JUDAÍCA. **Guerra dos Seis Dias**. Disponível em: <http://eitan.com.br/Guerra%20dos%20Seis%20Dias.pdf> Acesso em: 27 out. 2011.

ALMEIDA SILVA, A. R. As novas ameaças e a Marinha do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, n.7, p. 32-42, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/05-novasAmeacas.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2011.

ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues. O Ministério da Defesa está consolidado? : **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 800, p. 44-50, set/out/nov/dez. 2004.

AMORIM, Celso. **Sistema Global, Geopolítica e Paz**. Disponível em: < <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/sistemaglobalgeopoliticaepaz.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

AURÉLIO, Daniel. A cisma Judaísmo x Islamismo e o período pós-Revoluções. In: - \_\_\_\_**O senhor da Guerra**: nome de Deus como justificativa para a morte e a destruição. São Paulo: Universo dos Livros, 2005. cap. 4, p. 97-136.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A importância geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. In:\_\_\_\_**Geopolítica e Política Exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. 2º ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 43-77.

BATTAGLINO, Jorge. A reativação da IV Frota e o novo paradigma de controle global dos Estados Unidos. **Política Externa**. São Paulo, v. 17, n. 4, p. 31-45, mar/abr/mai. 2009.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Susana Pinheiro Machado (Org). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. As Forças Armadas e a política de Defesa Nacional. **A Defesa Nacional**: Assuntos militares e estudos de problemas brasileiros, Rio de Janeiro, n. 802, p. 13-14, mai/jun/jul/ago. 2005.

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. Iraque: Petróleo, história e guerra. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 800, p. 31-40, set/out/nov/dez. 2004.

CLICK MACAÉ. **As Crises do Petróleo**. Disponível em: <<http://www.clickmacae.com.br/?sec=109&pag=pagina&cod=205>> Acesso em: 01 Set. 2011.

CORTÊS, Marcos Henrique C. A Defesa Nacional diante dos Pós-Modernismo Militar. **A Defesa Nacional**: Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro, n. 792, p. 4-32, jan/fev/mar/abr 2002.

COSTA, Geórgia Belisário Mota. **Política do Petróleo: a relação dos Estados Unidos com os países produtores de petróleo do Oriente Médio**. 2009. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

DIÁRIO DO PRÉ-SAL. **A Amazônia Azul**: O Mar que nos pertence. Disponível em: <<http://diariodopresal.wordpress.com/2010/02/01/a-amazonia-azul-o-mar-que-nos-pertence/>>. Acesso em 26 out. 2011.

FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum**: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14000 termos e definições. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=i3ztZnKEpOoC&printsec=frontcover&dq=Gloss%C3%A1rio+Vade+Mecum:&hl=pt-BR&ei=m3upTrP0H8PKgQfNh8Ep&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CEAQ6AEwAA#v=onepage&q=Gloss%C3%A1rio%20Vade%20Mecum%3A&f=false](http://books.google.com.br/books?id=i3ztZnKEpOoC&printsec=frontcover&dq=Gloss%C3%A1rio+Vade+Mecum:&hl=pt-BR&ei=m3upTrP0H8PKgQfNh8Ep&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CEAQ6AEwAA#v=onepage&q=Gloss%C3%A1rio%20Vade%20Mecum%3A&f=false)>. Acesso em: 8 set. 2011.

FUSER, Igor. **O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico**: a atualidade da Doutrina Carter. Disponível em:  
[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17\\_18\\_igor.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_igor.pdf). Acesso em: 28 out. 2011.  
 FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. 2005. 329 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 2005.

GALVÊAS, Ernane, **A Crise do Petróleo**. Rio de Janeiro: APEC, 1985.

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO. Geopolítica do Atlântico Sul: ZEE do Brasil- Amazônia Azul. Disponível em:  
<http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/geopolitica-do-atlantico-sul/zee-do-brasil-amazonia-azul/>. Acesso em: 27 out. 2011.

HAMPSHIRE COLLEGE. **Michael Klare**. Disponível em:  
<http://www.hampshire.edu/faculty/mklare.htm>. Acesso em: 22 out. 2011.

HOBBSAWM, Eric J. Guerra Fria. In: \_\_\_\_ **A Era dos Extremos**: O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap 8, p. 223-252.

HUNTINGTON, Samuel P. Das Guerras de Transição às Guerras de linha de fratura: Características das Guerras de Linha de Fratura. In: \_\_\_\_ **O Choque das civilizações**: e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. Cap. 10, p. 312-337.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (Org.). **World Energy Outlook 2010**. Disponível em:  
[http://www.worldenergyoutlook.org/docs/weo2010/weo2010\\_es\\_portuguese.pdf](http://www.worldenergyoutlook.org/docs/weo2010/weo2010_es_portuguese.pdf). Acesso em: 25 mai. 2011.

ITAMARATY (Brasil) (Org.). **Barão do Rio Branco**. Disponível em:  
<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/p2/personalidades-e-diplomatas-historicos/barao-do-rio-branco/?searchterm=Bar%C3%A3o%20do%20Rio%20Branco>. Acesso em: 06 jun. 2011.

JAGUARIBE, Helio. Para uma nova Política de Defesa Nacional (2000). In: \_\_\_\_ **Brasil, Mundo e Homem na Atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. c. 8.

JUHASZ, Antônia. Os grandes planos das Big Oil para o futuro, parte II: guerras por petróleo. In: \_\_\_\_ **A Tirania do Petróleo: a mais poderosa indústria do mundo e o que pode ser feito para detê-la.** São Paulo: Ediouro, 2009. cap 8, p. 327-376.

KLARE, Michael T. La Nueva Geografia del conflicto. In: \_\_\_\_ **Guerra por los recursos.** Barcelona: Urano, 2002. cap. 9, p. 261-276.

LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a política externa. Passado, presente e futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

MARINHA DO BRASIL. **A Amazônia Azul** - O patrimônio brasileiro no mar. Disponível em: <  
[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/ccsm/temas\\_relevantes/am\\_azul\\_mb.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/temas_relevantes/am_azul_mb.htm)>. Acesso em 10 out. 2011.

MARINHA DO BRASIL. **A nossa última fronteira.** Disponível em: <  
[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/nossa\\_ultima\\_frenteira.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm)>. Acesso em: 2 out. 2011.

MARINHA DO BRASIL. **Amazônia Azul.** Disponível em:  
[http://mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/amazonia\\_azul.htm](http://mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/amazonia_azul.htm) Acesso em: 2 out. 2011.

MARINHA DO BRASIL. **O Direito do Mar.** Disponível em:  
[http://mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/direito\\_do\\_mar.htm](http://mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/direito_do_mar.htm). Acesso em: 2 out. 2011.

MARINHA DO BRASIL. **Vertentes da Amazônia Azul.** Disponível em:  
[http://mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/vertentes.htm](http://mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/vertentes.htm). Acesso em: 2 out. 2011.

MARINHO, Havana Alicia de Moraes Pimentel. Estados Unidos: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. **Revista História em Reflexão:** revista eletrônica de história, Dourados, v. 4, n. 7, p. 1-10, jan/jun. 2010. Disponível em:  
<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/753/469>. Acesso em: 2 set. 2011.

MARTINS, Antônio Carlos Teixeira. Cooperação global e regional na área da segurança: Implicações para uma nova estratégia marítima dos Estados Unidos. **Revista da Escola de Guerra Naval.** p. 24-35. Disponível em:

<http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2008/COOPERAÇÃO%20GLOBAL%20E%20REGIONAL%20NA%20ÁREA%20DE%20SEGURANÇA.pdf>. Acesso em: 2 out. 2011.

MARTINS, Eliane Octaviano. **AMAZÔNIA AZUL, PRÉ-SAL, SOBERANIA E JURISDIÇÃO MARÍTIMA**. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/1398/1371>>. Acesso em: 30 maio 2011.

MEDEIROS, Roberto Carvalho de. O Atlântico Sul e a Amazônia Azul. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 814, p. 29-37, mai/jun/jul/ago. 2009.

MENDES, Andrea Ribeiro. **A CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS BRASILEIRAS: DO “MAR TERRITORIAL” À “AMAZÔNIA AZUL”**. 2006. 152 f. Tese (Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa: paz e segurança para o Brasil**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia>. Acesso em: 30 mai. 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Íntegra do Discurso do ministro Celso Amorim ao tomar posse como ministro da Defesa**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2454519-08082011-defesa-integra-do-discurso-do-ministro-celso-amorim-ao-tomar-posse-como-ministro-da-defesa.html>>. Acesso em: 17 out. 2011.

MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES. **América do Sul. Grupo Rio**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.5-america-do-sul-grupo-do-sul>. Acesso em: 28 out. 2011.

MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES. **Liga dos Estados Árabes**. Disponível em: < <http://www2.mre.gov.br/doma/liga.htm>>. Acesso em 27 out. 2011.

O GLOBO ONLINE. **Petrobras descobre óleo leve em camada Pré-sal da Bacia de Santos**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/12/20/327710825.asp>. Acesso em : 27 out. 2011.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A criação do Ministério da Defesa. In:\_\_\_\_ **Democracia e Defesa Nacional: A criação do ministério da Defesa na Presidência de FHC**. Barueri: Manole, 2005. p. 182-188.

PENA, Lincoln de Abreu; SENA FILHO, Nelson de; SOUZA, Celeste Aparecida Dias. A Geopolítica do Petróleo e a Petrobras. In: SENA FILHO, Nelson de Sena.

**Petróleo no Brasil:** três ensaios sobre a Petrobras. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. p. 59- 71.

PENTEADO, Carlos José Russo Assumpção. Será só a Diplomacia o melhor instrumento da política externa do Brasil na atualidade? Uma visão crítica. **A Defesa Nacional:** Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro, n. 796, p. 28-35, mai/jun/jul/ago 2003.

PEREIRA, Elenita Malta. O Ouro Negro: Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. **Outros Tempos**, v. 5, n. 6, p. 54-72, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/vol5.6/art.4.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2011.

PETROBRAS (Brasil). **Atuação no Pré-Sal.** Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/energia-e-tecnologia/fontes-de-energia/petroleo/presal/>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

PRÉ-SAL. **O que é pré-sal.** Disponível em: < [http://pre-sal.info/index.php?option=com\\_content&view=article&id=127&Itemid=99](http://pre-sal.info/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=99)> Acesso em: 20 out. 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Casa Civil.** Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)> Acesso em: 27 out. 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Casa Civil.** Lei Nº 8.617, de 4 de Janeiro de 1993. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8617.htm)>. Acesso em: 20 out. 2011.

PRETO, Afonso Ouro. Oriente Médio. **O Brasil no Mundo que vem aí:** I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALVADOR, Regina. MARQUES, Bruno Pereira. **Geopolítica do Petróleo: De Estrabão à(s) Guerras no Iraque**. Disponível em <<http://rsalvador.planetaclix.pt/geopoliticadopetroleo.pdf>> Acesso em: 2 set. 2011.

SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Petróleo- Quadro estratégico-global no início do século XXI. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n 1, p. 95-115, jun/jul/ago. 2003.

SARKIS, Nicolas. Bem-vindos ao Fim da Era Petróleo. Disponível em: <http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?PHPSESSID=8fc69f4735a8129f3921bbca52a49911&id=1852>. Acesso em: 8 set. 2011.

SILVA, Carlos Alberto Pinto. A estatura político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional: ideias para o planejamento estratégico. **A Defesa Nacional**: Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro, n. 810, p. 79-89, jan/fev/mar/abr 2008.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. **Política Externa**. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 21-30, dez,jan,fev. 2006-2007.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. **O Brasil no mundo que vem aí**: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 139-155.

STUDIO LEGALE TIDONA E ASSOCIATI. **Parcerias Empresarias e Joint Ventures**. Disponível em: <[http://www.tidona.com/publicazioni/settembre02\\_7.htm](http://www.tidona.com/publicazioni/settembre02_7.htm)>. Acesso em 27 out. 2011.

TORRES, Cf Luiz Carlos; FERREIRA, Cf Hundrsen de Souza. Amazônia Azul: A Fronteira Brasileira no Mar. **Passadiço**, Rio de Janeiro, p.3-3. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/dhn/dhn/amazoniazul.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

UNITED NATIONS. **Security Council Resolutions – 1967**. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/240/94/IMG/NR024094.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 27 out. 2011.

UNITED NATIONS. **Security Council Resolutions – 1990**. Disponível em: <[http://daccess-dds-](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/240/94/IMG/NR024094.pdf?OpenElement)



ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/28/IMG/NR057528.pdf?OpenElement>. Acesso em: 30 set. 2011.

VICENTE, Maximiliano Martin. A crise do Estado de bem-estar social e a globalização: um balanço. In: \_\_\_\_ **História e Comunicação na Nova Ordem Internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. cap. 5, p. 123-146.

VIDIGAL, Armando. Preparados para o que der e vier. **A Defesa Nacional**: Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro, n. 813, p. 3, jan/fev/mar/abr. 2009.

VILLA, Rafael Antônio Duarte. Novas Noções de Segurança: segurança econômica. In: \_\_\_\_ **Da Crise do Realismo à Segurança Global Multidimensional**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 1999. Cap. IV, p. 136-144.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Os trinta anos da Guerra do Yom Kippur e do choque petrolífero**. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo\\_133.htm](http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_133.htm)> Acesso em: 2 set. 2011.

VOIGT, Marcio Roberto. **O Impacto dos Choques Petrolíferos na Diplomacia Brasileira (1969-1985)**. 2010. 238 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

YERGIN, Daniel. Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder. São Paulo: Scritta, 1992.

ZAVERUCHA, Jorge. A fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 107-121, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31114.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.